

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

11.06.2019

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

11.06.2019

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo ato de número 47, de 2019, com a finalidade de apurar as denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular, Furp, envolvendo casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro, com muito prazer, a presença do nobre deputado Agente Federal Danilo Balas, da deputada Beth Sahão, deste deputado na Presidência, do deputado Thiago Auricchio, do deputado Delegado Olim, do deputado Alex de Madureira e do líder do Governo, com muita alegria, que nos dá a honra da sua presença aqui, deputado Carlos Pignatari.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Gostaria de propor aqui que déssemos como lida a Ata da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Comunico aos Srs. Deputados que recebi do nobre deputado Cezar o registro de... Impedido de comparecer à reunião, tendo em vista que ele se encontra no exercício de mandato em outro município, representando a Assembleia Legislativa.

Temos requerimentos aqui. Tem um da pauta. A apreciação dos requerimentos constantes da pauta, nos quatro itens.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Queria propor aqui, presidente, já que os quatro itens tratam do mesmo assunto, lógico que com pessoas diferentes, mas que nós transformássemos, vou solicitar aqui à nobre deputada Beth Sahão, que nós transformássemos essas convocações em convites, uma vez que todos são, o atual secretário e secretários anteriores de Saúde do Estado, pessoas que já demonstraram e já se colocaram à disposição desta CPI. Então eu gostaria de propor isso - não sei se a deputada Beth concorda com isso -, que nós pudéssemos votar essa mudança, de convocação para convite.

Se não houver resposta do comparecimento conforme o convite, eu também estaria de acordo em voltar para uma convocação, caso não haja resposta do convite.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quero dizer à V. Exa., atendendo ao pedido do deputado Alex, já havíamos conversado anteriormente, posso até substituir de convocação para convite, deixando aqui a seguinte recomendação que eu gostaria que fosse aceita pelos demais deputados.

Caso, na data estabelecida, o ex-secretário não comparecer, fica automaticamente já estabelecida a convocação, porque aí também é uma questão de falta de respeito com esta CPI. Então podemos fazer o convite. A Presidência, através da secretaria, estabelece as datas, verificando se há possibilidade, na ausência do convidado, se já ficaríamos automaticamente ou se teríamos que apresentar um novo requerimento ainda.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se todos estiverem de acordo, a gente transforma em convite. Caso os Srs. Ex-Secretários e o atual

secretário não confirmarem a presença dentro das datas propostas a eles, já fica automaticamente convocado. É isso, entendi dessa forma? Isso pode ser feito conforme colocação da secretaria. Ok.

Então vamos proceder à votação. Todos estão de acordo com essa colocação?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Todos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então em votação o requerimento de número 18, da nobre deputada Beth Sahão, datado de 6 de junho de 2019. Requer, nos termos regimentais, observando-se o plano de trabalho aprovado, a convocação, realmente convite, posteriormente convocação, caso não venha a esta CPI, o Sr. José Henrique Germann Ferreira, secretário de Estado da Saúde, para prestar informações à CPI pelo período de sua gestão na Secretaria da Saúde acerca de assuntos relacionados à Furp.

Em discussão. Não havendo oradores para discutir, em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Item número 2. Requerimento de número 19, da nobre deputada Beth Sahão, datado de 6 de junho de 2019. Requer, nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho aprovado, o convite e a convocação do Sr. Marco Antonio Zago, ex-secretário de Estado da Saúde, para prestar informações à CPI sobre o período de sua gestão na Secretaria da Saúde acerca de assuntos relacionados à Furp.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item número 3. Requerimento de número 20, datado de 6 de junho de 19, da nobre deputada Beth Sahão. Requer, nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho aprovado, o convite e a convocação do Sr. David Everson Uip, ex-secretário de Estado da Saúde, para prestar informações à CPI sobre o período de sua gestão na Secretaria da Saúde acerca de assuntos relacionados à Furp.

Em discussão. Não havendo oradores para discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item número 4. Requerimento número 21, da nobre deputada Beth Sahão, datado de 6 de junho de 19. Requer, nos termos regimentais, em observância ao plano de

trabalho aprovado, a convocação do Sr. Giovanni Guido Cerri, ex-secretário da Saúde, convite e convocação do Sr. Giovanni Guido Cerri, ex-secretário de Estado da Saúde, para prestar informações à CPI sobre o período de sua gestão na Secretaria da Saúde acerca de assuntos relacionados à Furp.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Hoje é um dia muito especial para a Assembleia Legislativa. A gente recebe de volta na Assembleia um deputado que, por todos nós, tenho certeza, é muito caro. Ele é uma pessoa que convive com a gente há muito tempo. Passou mais de 45 dias fora da Assembleia. Um problema sério. Hoje volta ao trabalho, nobre deputado Carlos Pignatari. Muita alegria para todos nós. Sei que todos os deputados... É o deputado Roberto Moraes. Restabelecido. Ele não está aqui. Já chegou à Assembleia Legislativa. Fazer essa referência, porque eu tenho certeza que todos nós temos um apreço especial por ele.

Dando consequência, Item 2 da pauta. Proceder à oitiva do superintendente da Fundação para o Remédio Popular, Furp, Sr. Afonso Celso de Barros Santos, convidado com a finalidade de prestar informações sobre assuntos afetos à gestão da fundação. Peço ao superintendente que, por gentileza, tome assento ao nosso direito. Ele que já está aqui há um bom tempo. Ele também nos solicita a presença de sua assessoria técnica da superintendência, Sr. Ricardo Lima, que também convidado para fazer parte aqui da mesa.

Também comunico a V. Exas. que da Furp estão presentes aqui José Adriano Noronha, advogado; José Marcos Miziara Filho, gerente jurídico da Furp; Walter Brocanelo Junior, gerente-geral da divisão industrial; Sr. Eduardo Ferreira, gerente-geral da divisão de relacionamento com o mercado.

Realmente, Dr. Afonso, vamos passar a palavra a V. Sa. para fazer a explanação que desejar, por um breve período. Depois abriremos a palavra aos Srs. Deputados. A secretária aqui já vai anotar, pela ordem, aqueles que desejam questioná-lo.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Deputados e deputada. É um prazer estar nesta Casa. Agradeço o convite que me foi feito, para que eu pudesse prestar esclarecimentos com relação à Furp.

Se o Sr. Presidente me permitir e os senhores também me permitirem, eu queria fazer uma breve apresentação aos senhores sobre o que é a Furp, para que a gente possa contextualizar e para que os senhores possam entender melhor como é que a fundação funciona, inclusive inserida no mercado nacional de medicamentos. Então, se todos estiverem de acordo, eu queria fazer essa breve apresentação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu pergunto aos Srs. Deputados. Acho que é importante até para a gente conhecer e estabelecer aqui. Talvez muitas perguntas que tenhamos possam já ter sido respondidas por antecedência.

Pela ordem o nobre deputado Olim. Ah, não. Fazer aqui a inscrição do nobre deputado Olim.

Pois, não, Dr. Afonso.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Vamos lá. O mercado farmacêutico global, isso está na tela - os senhores não precisam anotar porque eu vou deixar tudo isso com os senhores depois -, o mercado global, hoje as vendas são de 1 trilhão e 200 bilhões de dólares a nível mundial. Isso mostra claramente a importância do setor farmacêutico na indústria mundial.

O Brasil está bem posicionado. Em 2013, o Brasil era oitavo maior mercado consumidor de medicamentos. Em 2018, o Brasil pulou para a sétima posição, e a previsão é que até 2023 o Brasil ocupe a quinta posição em consumo de medicamentos. É interessante observar esse quadro. As balanças comerciais de países como Estados Unidos, China, Japão, Rússia, Canadá, Austrália e também o Brasil são todas deficitárias. Ou seja, no caso do Brasil, o Brasil importa mais medicamentos do que exporta. O caso dos Estados Unidos é dramático: são 51 bilhões de dólares. E o Brasil, hoje, tem uma balança negativa de aproximadamente 5 bilhões e 300 milhões de dólares.

A questão da carga tributária que se fala muito no Brasil, sobre os medicamentos: a gente observa, através desse quadro, que quando a gente pega Reino Unido, Canadá, Colômbia, Suécia, Estados Unidos e México, além da Venezuela, a carga tributária em cima de medicamento é literalmente zero. Quando a gente vai para os países mais desenvolvidos, como a França, a Suíça, Espanha, que cobra 4%; o Japão, 5%; Portugal, 6%; Holanda, 6%; Turquia, 8%; Itália, 10%; Áustria, 10%; o Chile já sobre um pouco mais, vai para 18%; Alemanha, 19%; e, por fim, Argentina 21%.

Quer dizer, a carga média tributária é de 31%, incluindo o Brasil. Quando a gente exclui o Brasil, a carga tributária média vira 6%. No Brasil, está ao redor de 31%; 31,3%. Quando a gente pega esse quadro e exclui o Brasil, a média de carga tributária cai para 6%. A gente observa, aí, que a carga tributária em cima dos medicamentos no Brasil, realmente, é muito alta. Um terço do medicamento é imposto.

Eu venho um pouco para o mercado nacional agora. Falamos do mercado internacional. Aqui, mais uma vez, falamos das importações e exportações; a gente observa que no ano de 2018 o Brasil exportou pouco mais de um bilhão de dólares e importou um pouco mais de sete bilhões de dólares, o que caracteriza aquele déficit de seis bilhões que eu falei anteriormente. Então, o Brasil é deficitário na balança comercial de medicamentos.

Nesse próximo slide, nós vamos ver a importância do setor farmacêutico. Nós tínhamos, em 2012, o setor faturando alguma coisa, na indústria nacional, ao redor de 32 bilhões de reais. Em 2013, atingiu quase 40 bilhões de reais. Em 2014, ultrapassou 40 bilhões. Em 2015, foi para 45 bilhões. E assim sucessivamente veio crescendo, a tal ponto que em 2018 chegamos à cifra de 62 bilhões de reais em faturamento. Se nós voltarmos ao número de 2012, quando eram 30 e poucos bilhões de reais, a indústria, nesse período, de 2012 a 2018, praticamente dobrou de tamanho. Mercado que vem crescendo, portanto.

Aqui, a gente observa - e esse é um item importante - a evolução dos descontos médios na compra das farmácias. O que está em azul é o preço oferecido em farmácia; o que está em vermelho é o preço efetivo de venda. Então, a gente observa que os descontos praticados de 2014 a 2018 giram ao redor de 40%. Quer dizer, o preço de tabela... E eu queria lembrar aos nobres deputados que esse é um dos poucos setores que ainda têm tabelamento de preços. Esse é um setor em que, embora o preço esteja tabelado - e tenha até valores, como em 2018, de 103 milhões -, na hora de vender efetivamente, pratica-se, nas farmácias, um desconto de aproximadamente 40%.

Aqui, é um gráfico importante, até para mostrar como São Paulo está posicionado nessa indústria. É número de estabelecimentos por unidade da federação. Aqui, nós estamos falando de laboratórios farmacêuticos. Então, no estado de São Paulo nós temos 174... Eu já vou direto para 2017. No estado de São Paulo, nós temos 174 laboratórios; em Goiás, 43 laboratórios; no Rio de Janeiro, 49 laboratórios; em Minas Gerais, 45 laboratórios; no Paraná, 18 laboratórios; e nos demais estados, 98 laboratórios. Quer dizer, nós temos hoje, no Brasil, 427 laboratórios. E o estado de São

Paulo tem 41% dessa indústria, o que é um número absolutamente importante: 41% dos laboratórios nacionais estão fixados no estado de São Paulo.

Esse é um gráfico importante também, que mostra o nível de empregabilidade dessa indústria: nós temos 84 mil pessoas empregadas nas fábricas de medicamentos. E dessas 84 mil pessoas, 46 mil estão empregadas no estado de São Paulo, que representa 55%. O segundo maior empregador é o estado de Goiás, com 11 mil pessoas, 13%; o terceiro estado mais importante é o Rio de Janeiro, com seis mil pessoas, 7%; Minas Gerais tem um empate técnico, com 6.800 pessoas, 8%; e finalmente o Paraná, com 6%. Então, a nível de emprego, para São Paulo, são 46 mil empregos: 55% das pessoas que estão trabalhando nessa indústria trabalham no estado de São Paulo

A seguir, tem um gráfico que eu também reputo como bastante interessante: a gente olhar como está o faturamento dos laboratórios dividido pelos estrangeiros e nacionais. Os estrangeiros, em azul; e os nacionais, em vermelho. Então, a gente observa que os laboratórios nacionais perdiam um pouco de espaço em 2012; eles tinham 42% de “share”, contra 57% dos laboratórios estrangeiros. Depois, nós fomos crescendo ano a ano, ocupando espaço. Já em 2015, nós tínhamos 45% contra 54% dos laboratórios internacionais. E finalmente em 2018, houve quase um empate técnico. Os laboratórios internacionais faturaram 51%; os laboratórios nacionais, 48%.

O próximo gráfico vai ser interessante, porque quando a gente vai para produção, ou seja, unidades farmacotécnicas entregues, a gente percebe um “gap” bastante grande. Vamos diretamente ao ano de 2018: nós do mercado nacional, os fabricantes nacionais fabricam 66%, produzem 66% de tudo o que a indústria farmacêutica, no Brasil, produz. Enquanto os laboratórios estrangeiros produzem 34%.

Eu vou pedir para voltar ao gráfico anterior, por favor. Vocês vejam que quando se fala em faturamento, é quase igual. Quando você vai para a produção, o laboratório nacional vai muito mais à frente. Então, o próximo gráfico é esse. Então, o que acontece? Isso mostra claramente que o mercado estrangeiro vende produtos de maior valor aquisitivo, maior valor agregado. (Fala fora do microfone.) Em termos de faturamento, é quase meio a meio: 51 do estrangeiro e 48 do nacional. Mas na hora em que vai produzir, nós somos 66%, contra 34%. Então, isso demonstra claramente que o nosso produto é mais barato, tem menos valor agregado: são genéricos, enfim, coisas desse tipo. Então, nós trabalhamos mais para ganhar menos.

Eu queria mostrar - e sempre como base o Sindusfarma, que representa bem o setor - como é feita a distribuição em vendas. Em termos de faturamento, 56% - ou seja,

39 milhões - vão para os distribuidores, 6% para estabelecimentos privados de saúde, como hospitais e clínicas privadas. As farmácias e drogarias representam 18%, são 12 milhões de reais. O governo compra diretamente dos laboratórios alguma coisa em torno de 17% do que eles faturam, 12 milhões de reais. E outros destinatários, 1 milhão e 200. Está bem segmentado quem compra dos laboratórios.

Próximo, por favor. Aqui também é uma informação interessante. Estamos vendo a questão do tipo de produto. A gente observa que o biológico, embora tenha uma quantidade comercializada relativamente baixa - 3,7 -, já representa 22% do faturamento da indústria. São medicamentos de alto valor, oncológicos; medicamentos importantes que estão em desenvolvimento ainda. E eles, como pequena fatia de produtos farmacotécnicos, têm um faturamento que já chega a quase um quarto de toda a indústria. Os genéricos têm um faturamento de 13%, embora comercializem 34%. Ou seja, é aquilo que nós já falamos no slide anterior: o preço é baixo, o valor agregado é menor. Nós temos novos produtos que representam 38% do faturamento. Temos os medicamentos similares, que são 20%; e os específicos, 5%.

Agora, eu vou me permitir entrar um pouco para falar dos laboratórios oficiais, particularmente da Furp. Como todos sabem, os laboratórios farmacêuticos oficiais têm, como principal missão, produzir medicamentos, soros, vacinas e produtos para a saúde e para o SUS. Atualmente, o Brasil possui 21 laboratórios oficiais, sendo esses vinculados aos governos estaduais, universidades, Forças Armadas, e diretamente ao Ministério da Saúde.

Aqui, eu até queria fazer um adendo, para a gente ter uma ordem de grandeza. Esse número que eu vou citar aqui, por favor, é extraoficial: quando a gente pega o faturamento total dos laboratórios oficiais, é alguma coisa ao redor de 10% de toda a indústria, o que até parece um número importante, mas quando a gente retira deste número as vacinas, que são fabricadas por Bio-Manguinhos ou Butantan, a participação dos laboratórios oficiais cai para menos de três por cento. Então, quando se fala em remédios, a participação do setor - laboratórios oficiais - é inferior a três por cento.

A Furp, como os senhores sabem, é o laboratório oficial do governo. Nós temos aí a foto das duas plantas, que os senhores, gentilmente, nos visitaram, lá em Américo Brasiliense e Guarulhos. A Furp foi criada em 68 através de uma lei estadual, portanto, a Furp fez 51 anos. Começou a operar, oficialmente, em 1974, na Rua Paula Souza, antes de surgir a fábrica de Guarulhos.

Ela dedica-se ao desenvolvimento, produção e distribuição de medicamentos e produtos para a melhoria da qualidade de vida da população. A fábrica de Guarulhos, que nós chamamos de unidade 1, ela foi inaugurada em 1984. Hoje, ela conta com 48 mil metros quadrados de área construída. Área total de terreno: 200 mil metros quadrados.

Nós empregamos, diretamente, 853 pessoas e temos uma capacidade de produção de quase um bilhão; 960 milhões de unidades farmacotécnicas. A unidade de Américo Brasiliense - onde os senhores também estiveram, que é objeto de uma PPP, um grupo EMS -, foi autorizada a sua construção em 15 de outubro de 2002, no governo Geraldo Alckmin.

O início da primeira etapa da obra foi em 2004. Depois, tivemos uma segunda etapa, que foi a colocação dos equipamentos, de acabamento final, que começou em 2005. A fábrica em Américo Brasiliense foi inaugurada em 2009 e teve o início da sua produção ainda em 2010, operada diretamente pela Furp. Não existia ainda a PPP.

A Furp, nos três primeiros anos, ela operou diretamente a fábrica. Em 2013, essa fábrica foi cedida à iniciativa privada, para a empresa chamada CPM, do Grupo EMS, e fez um contrato de parceria público-privada de 15 anos. Hoje, nós estamos no sexto ano de vigência desse contrato.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quero registrar a presença do nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Lá nós temos uma área construída de 25 mil metros quadrados, com uma área total de terreno de 268 mil metros quadrados. Nós temos 134 pessoas empregadas nessa fábrica, das quais aproximadamente 120 são diretamente do setor privado e outras 25 pessoas são funcionários da própria Furp, que nos ajudam a fiscalizar essa operação “in loco”.

A capacidade produtiva dessa fábrica é de um bilhão e 200 milhões de unidades farmacotécnicas, ou seja, as duas fábricas, juntas, podem fabricar alguma coisa perto de dois bilhões e 100, dois bilhões e 200 de unidades farmacotécnicas. Hoje, a Furp atende, principalmente, o programa “Dose Certa”, que os senhores conhecem, é um programa de assistência farmacêutica do Governo do Estado de São Paulo. A finalidade é permitir o acesso da população aos medicamentos da Atenção Básica, de maneira gratuita.

Hoje, atendemos a uma população superior, com o município superior a 270 mil habitantes. O programa foi implementado em 95 e já teve 25 bilhões de unidades farmacotécnicas distribuídas até 2018. Aqui, nesse contexto, a Furp é muito importante, porque dos 61 medicamentos que são distribuídos no “Dose Certa”, 50%, ou seja, 30 são de fabricação própria da Furp, que atende, de novo, os 571 municípios, que correspondem a 88,5% dos municípios que temos no estado de São Paulo.

Obviamente, a Furp tem um faturamento abrangente. Nós atendemos o Ministério da Saúde. Atendemos também as secretarias estaduais de Saúde de outros estados, assim como atendemos secretarias de Saúde dos municípios. Em 2018, nós faturamos para 114 órgãos públicos e cinco entidades filantrópicas.

Aqui eu acho que reside o nosso maior desafio na Furp, que é justamente fazer esse segmento crescer, segmento que esteja fora do estado de São Paulo. Hoje, a Furp é muito interdependente do estado de São Paulo, já que 80% do faturamento da Furp vêm através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Vocês vejam na lista do que nós fazemos lá, do que nós produzimos, são aspectos importantes: antibióticos, antirretrovirais, diuréticos e imunossupressores para transplantados, saúde da mulher, nós fazer a distribuição do diu e estamos em contato com o Ministério da Saúde para incrementar o diu, medicamento para tratamento de transtornos mentais, diabetes, tuberculose, hanseníase, Alzheimer, colesterol e triglicérides, quer dizer, é uma gama bastante relevante de produtos.

Fazem parte do portfólio da Furp, para tratar das doenças que eu citei no slide anterior, 85 medicamentos diferentes, dos quais 46 estão registrados em Guarulhos e 39 na fábrica de Américo Brasiliense. Atualmente, no entanto, nós produzimos 52 medicamentos, 38 em Guarulhos e 14 na fábrica de Américo Brasiliense. Depois eu vou explicar por que o número não é 85 e, sim, cinquenta e dois..

Se nós olharmos o próximo slide, nós vamos verificar que a produção da Furp vem caindo ano após ano. Isso se deve, basicamente, aos registros que nós temos de medicamentos que estão ficando desatualizados. A indústria investe bastante nesse segmento. Vou dar um exemplo aqui, Sr. Presidente: no ano passado, só o Laboratório Aché investiu 960 milhões de reais no desenvolvimento de novas drogas. Infelizmente, o Estado não tem essa capacidade de investimento.

Então, o que acontece com os nossos produtos? Eles vão ficando arcaicos, velhos e com preço pouco competitivo, já que a indústria entra nos genéricos, lança produtos novos com preços competitivos, com equipamentos que produzem mais rapidamente e

com menos mão de obra. Então, a Furp deixa de ser competitiva. Isso nós precisamos trabalhar, é lição de casa nossa fazer.

O faturamento, obviamente, cai junto com a queda da produção. No ano passado, nós faturamos, nas duas unidades alguma coisa em torno de 280 milhões de reais. Pretendemos melhorar isso. É importante falar também de um papel social que a Furp tem, que é a questão dos medicamentos negligenciados. O que é medicamento negligenciado?

O medicamento negligenciado não é um medicamento difícil de produzir, o medicamento negligenciado é aquele que a indústria particular não tem interesse em produzir, dado o baixo custo de venda. O custo de produção não é baixo, mas o custo de venda é. Então, a indústria e o mercado privado não têm interesse em produzir. Essas coisas sobram, então, para a Furp.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O que o mercado não tem interesse em produzir?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Esses que eu cito na tela, os negligenciados. Então, por exemplo, a gente pega benzil, que serve para sífilis e demais doenças, febre reumática e outras coisas; a dapsona, que serve para hanseníase; esses outros que servem para tuberculose, brucelose e vários itens de tuberculose, inclusive toxoplasmose, a Furp é que fabrica. Inclusive, dois deles só a Furp que fabrica, estreptomicina e etambutol, só a Furp que fabrica.

Então, esses medicamentos, se o Estado for buscar hoje na iniciativa privada, a iniciativa privada vai ter dificuldade em encontrar, já que, em função do baixo preço de venda, o mercado não produz esse tipo de medicamento. Eu termino aqui, não quero me estender. Agradeço e fico à disposição dos senhores para eventuais perguntas.

Obrigado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Agradecemos ao Dr. Afonso por essa explanação que nos deu um quadro geral do País, do mercado internacional do País e do mercado em São Paulo. Está inscrito aqui o nobre deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Primeiramente, bom dia. Bom dia, Dr. Afonso, obrigado pela sua presença.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Bom dia. Obrigado, Dr. Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Se eu soubesse, eu não teria estudado nem para delegado nem estaria perdendo o meu tempo como deputado aqui. Teria sido sócio de qualquer empresa laboratorial, pelo dinheiro que tem. Estou perdendo tempo, não é? Porque é muito dinheiro. Fiquei impressionado. É por isso que tenho amigos que são donos de laboratórios que não sabem onde enfiar o dinheiro, e eu aqui perdendo o meu tempo.

Mas eu queria, primeiramente, isso é uma brincadeira que eu fiz, fazer três perguntas objetivas, porque eu não vim aqui pra ficar perguntando muito. Só queria saber do senhor: hoje, posso fazer ou você vai ficar falando? (Pausa.) Vou dar uma de Campos, aqui. Então, está bem. Estou aqui do seu lado, rapidinho.

Hoje, estava ouvindo aqui que nos hospitais públicos faltam remédios. Fiz um levantamento, nunca tem remédio para o coitado que precisa do remédio do hospital público. Então, eu lhe pergunto: hoje, a Furp entrega os remédios? É a primeira pergunta que quero fazer para o senhor. Ela entrega os remédios? O senhor chegou agora, sei que o senhor começou agora. O senhor não tem responsabilidade nenhuma. O senhor tem, sim, de colocar a casa e manter a casa em ordem.

Então, aqui vou fazer só três perguntinhas para entender como é que funciona. Quero até lhe dizer, mais uma vez, que agradeço. Hoje, no hospital público, você acha os remédios - em quantidade que a população necessita - fabricados pela Furp? Há aquelas filas para você pegar o remédio, você fica aguardando um tempão para arrumar um remédio.

Pelo que eu senti, são os remédios, não tanto que necessita a população, são aqueles mais populares. O resto, eu acho que acaba caindo nos grandes laboratórios, pelo que entendi do que o senhor falou. Segunda pergunta: os preços, hoje, dos remédios que são entregues, que o governo paga, são os mesmos preços das farmácias, ou os senhores são mais caros do que você consegue comprar na farmácia? O senhor falou dos descontos que eu vi aí, que hoje são de 40 por cento. Só para a gente ter uma

noção do quanto a gente pagaria na farmácia, se há interesse mesmo em ter isso, e, realmente, se os preços são mais em conta, para o estado poder abastecer todos os hospitais públicos.

Terceiro, que é a última pergunta, rápida e objetiva. Nós ficamos com todos esses remédios, pelo que o senhor entendeu, remédios que nenhum dos outros laboratórios quer fabricar. Então, esse custo passa para o governo pagar, é isso? Essas despesas vocês bancam, ou o próprio estado banca esses remédios que ninguém quer fabricar e acaba o custo ficando para o lado do governo.

Era isso que eu queria perguntar, as três perguntas, e, mais uma vez, agradecer a sua presença.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado, deputado Olim. De fato, eu cheguei na fundação há literalmente 108 dias úteis. Estou há 108 dias lá, procurando me interar e fazer o que é necessário, mas, objetivamente respondendo o senhor, a falta de remédios... Hoje, nós estamos produzindo alguma coisa perto de 45 medicamentos. Desses 45 medicamentos, apenas cinco nós não entregamos, mas nós tomamos o cuidado de avisar a secretaria em tempo hábil, para que ela possa comprar esses no mercado privado. A secretaria tem atas de preço e nós trabalhamos com antecedência para que ela possa se preparar para comprar esse medicamento.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas por quê? Só para saber. Por que não fabrica?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Algumas razões. Primeiro que, às vezes, nós temos dificuldade com o princípio ativo. O princípio ativo vem da China e da Índia, muitas vezes não chega com a qualidade que se requer. Vou citar o caso do benzil, por exemplo. O benzil... Nós tivemos um sério problema com o benzil, que é um medicamento importante, e veio da China. Eles foram recusados pelos nossos técnicos, que, aliás, são muito preparados. A indústria reconhece os técnicos da Furp como pessoas absolutamente preparadas, e o material chegou de maneira que não poderia ser aproveitado.

Nós mandamos técnicos para a China. Aliás, a primeira vez que a Furp fez isso. Nós mandamos os técnicos lá nesta gestão, para ir visitar o fabricante, e

conseguimos, juntamente com a Anvisa, detectar onde estava o problema e resolver essa questão. Obviamente, isso demanda um tempo, então atrasa e acaba inviabilizando.

Outra coisa que impacta bastante a nossa atividade é a questão das amarras que nós temos por conta da Lei nº 8.666. Nós temos que fazer licitações, e o que eu tenho sugerido é que pudéssemos fazer contratos guarda-chuva, para comprar por um ano. Por outro lado, nós temos a dificuldade que nós não podemos, de acordo com a lei, fazer licitações dolarizadas, porque como nós estamos falando de um produto que é importado, podem ocorrer variações cambiais, e acabam inviabilizando licitações de muito longo tempo.

Então, nós temos trabalhado fortemente para que essas coisas melhorem, mas temos uma boa notícia. Nós fizemos uma importante mudança na área de compras da fundação, e hoje nós estamos comprando o princípio ativo em média 15% mais barato do que nós comprávamos no passado. Acho um pouco ainda, acho que podemos melhorar, mas considerando que o princípio ativo equivale a 60% do preço do medicamento, acho que nós estamos no caminho certo.

Indo para sua segunda questão, o preço que eventualmente é pago na farmácia, o preço da farmácia é mais caro que o nosso. Lá, sem dúvida, é mais caro. Então, nós oferecemos o produto em uma condição mais competitiva. Com relação aos outros laboratórios, veja bem, esses produtos que eu citei aqui, que são os negligenciados, é que os outros laboratórios não têm interesse.

Alguns medicamentos que nós fabricamos também são fabricados por outros laboratórios. Então, nós concorremos de igual para igual. Ou seja, nós estamos no mercado disputando com eles.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Satisfeitíssimo. Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado. Tem palavra a nobre deputada Beth Sahão. A ideia é que a gente possa, os deputados, de dois em dois, fazerem os questionamentos e o superintendente já responde aos senhores dois deputados, para a gente tentar agilizar. Pode ser? Vocês concordam?

Então, nobre deputada Beth Sahão e depois o nobre deputado Carlos Cezar.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Bom, primeiramente, cumprimentar o Dr. Afonso pela sua vinda aqui. Tenho várias questões. O senhor também coloca que a unidade de Guarulhos tem 46 dos 85 medicamentos da Furp, 46 feitos em Guarulhos, e, atualmente, estão sendo fabricados 52 medicamentos, 38 na unidade de Guarulhos e 14 na unidade de Américo Brasiliense.

Esses medicamentos todos já estão devidamente registrados, esses produtos todos? Vocês têm medicamento ainda aguardando o registro da Anvisa?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Olha, deputada Beth, a boa notícia é que quando a gente fornece um medicamento ele tem que estar absolutamente registrado. Então, todos os medicamentos nós fornecemos estão todos registrados.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Todos? Eu vou fazer um conjunto de questões, depois...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Por favor.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor também falou, como disse o Olim, da questão dos medicamentos arcaicos, porque têm medicamentos que ficam arcaicos e que a indústria farmacêutica privada não tem interesse em produzi-los. Eu queria saber se a Furp produz. Também, agora no finalzinho da sua fala, o senhor disse que o faturamento da Furp hoje é em torno de 280 milhões de reais, que vocês pretendem melhorar isso. Eu queria saber quais são as estratégias que vocês estão traçando para poder atingir uma melhoria neste faturamento.

Também aqui eu queria perguntar. O jornal “Estado de São Paulo”, no dia primeiro de maio 2019, colocou, sobre a concessão da fábrica, que dobrou os custos de medicamento para o estado de São Paulo. Constam diversas irregularidades, segundo a reportagem, no contrato da PPP. Aí eu vou elencar para o senhor, aí eu vou elencar para o senhor, para ver até que ponto você pode também nos trazer informações, respeitando, evidentemente o seu pouco tempo à frente da direção da Furp.

Qual a razão para o valor dos medicamentos do contrato serem até 27 vezes maiores que o valor de referência do mercado? Sempre de acordo com a reportagem. Qual a forma de registro e obtenção de licença de medicamentos junto à Anvisa, que está sendo feito pela CPM, se o senhor tem conhecimento disso? Tem previsão no contrato para o registro dessa forma. Nesse registro, a transferência da tecnologia da Furp... Houve pagamentos desse registro para a CPM? Que tipo de problemas existem no contrato com a CPM, se eles, de fato, existem, e quais os pagamentos, de acordo com o contrato, são devidos à empresa? Existem pareceres da Procuradoria Geral do Estado sobre este contrato?

Também queria saber se o contrato está sendo cumprido pela CPM. Me parece que há uma subprodução na CPM. Quer dizer, ela teria capacidade para produzir 100, ela está produzindo 25% da sua capacidade produtiva. Por que, na sua opinião, isso está acontecendo? Quais são as obrigações? Que obrigações são essas que ainda estão pendentes, que impedem que ela chegue à sua capacidade? Ou pelo menos, estabeleça um plano para chegar e aumentar sua produção.

Se a CPM fez investimentos... Se é do seu conhecimento, se a CPM fez investimentos na fábrica é porque, me parece, quando ela recebe a fábrica, ela recebe a fábrica em condições bastante importantes, seja do ponto de vista da construção física, seja do ponto de vista dos equipamentos que lá estão, e nós fomos lá e verificamos que realmente é uma fábrica que tem muitas condições para produzir esse medicamento, e se a Furp instalou algum processo administrativo para apuração dessas supostas irregularidades na execução desses contratos.

E também se o senhor tem uma posição sobre a dívida atualizada da Furp, com a CPM, se essa dívida existe e no que ela consiste. Isso seria importante também para nós. Esse cronograma de investimentos, previsto no edital de licitação, se foi cumprido totalmente, integralmente, pela CPM, e se, na sua opinião, o senhor sabe qual a razão do não cumprimento.

Eu também queria... O senhor cita aqui a questão dos... Vocês atendem 571 municípios. Eu queria que o senhor nos dissesse - não precisa ser agora, caso essa pergunta o senhor não tenha resposta, o senhor pode depois encaminhar para a secretaria da CPI, que a gente terá acesso - quais são os municípios que o senhor atende. O senhor atende municípios e atende entidades também. Não é?.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Entidades filantrópicas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Entidades filantrópicas. Quais são e o que é fornecido nesse atendimento? Vocês atendem município - o senhor citou - acho que com menos de 271 ou 275 mil habitantes.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Exatamente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Está aqui no seu relatório, que, aliás, é de um relatório bastante interessante, que a gente, inclusive, pode observá-lo melhor depois, para ver quais são os questionamentos - se é que eles existem - que a gente necessariamente quer fazer.

Em diligência realizada junto à fábrica de medicamentos de Américo Brasiliense, nós constatamos que a capacidade produtiva de 1,2 bilhão - como o senhor citou também - de unidades farmacotécnicas em comprimidos, comprimidos revestidos e cápsulas, e 22 milhões de unidades farmacotécnicas em ampolas de vidro. Estão bem além da quantidade solicitada pela Secretaria do Estado da Saúde. Ao que o senhor atribui isso?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eram essas perguntas. Não sei se me fiz entender.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - A senhora fez, e, olha, a senhora fez uma quantidade importante de perguntas. Se eu tirar nota cinco eu vou ficar feliz, deputada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos ouvir o nobre deputado Carlos Cezar, assim ele já faz questionamentos dele e o senhor responde aos dois deputados.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Chedid, doutor Afonso, por ter nos recebido também lá em Guarulhos. Quero cumprimentar todos os deputados membros desta CPI.

Doutor Afonso, nós tivemos uma resposta de um requerimento feito pelo presidente desta CPI, deputado Edmir Chedid, logo no início dos trabalhos dessa CPI. E nós fomos cientificados, então, que o promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social, o doutor Wilson Ricardo Coelho Tafner, instaurou inquérito civil em março de 2018, visando apurar possíveis irregularidades na parceria entre a Furp e a CPM, a companhia paulista de medicamentos.

Essa parceria visa à concessão administrativa para a gestão, operação e manutenção, com fornecimento de bens e a realização de obras para a adequação da infraestrutura existente na indústria farmacêutica de Américo Brasiliense. Eu destaco que agora, em março de 2019, o primeiro promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social, doutor André Pascoal, prorrogou o prazo por mais 180 para a conclusão desse referido inquérito, tal a complexidade do assunto.

A pergunta que eu faço agora ao senhor doutor Afonso. No âmbito da Furp, foi instaurado algum procedimento administrativo com a finalidade de esclarecer as denúncias que foram feitas ao Ministério Público? Denúncias feitas pelo senhor William Mendes Januário em novembro de 2017.

Eu vou relembrar aqui a síntese do alegado do denunciante. Ele diz assim. O custo dos medicamentos produzidos na indústria farmacêutica de Américo Brasiliense, pela contratada e Companhia Paulista de medicamentos, a CPM que é braço da empresa multinacional brasileira EMS correspondem, a princípio, ao dobro do valor de mercado.

Segundo questionamento que ele faz, a denúncia que ele faz, diz assim: que a EMS estaria se beneficiando da parceria firmada com o Estado através da Furp, lesando o erário, uma vez que se utiliza do prédio da unidade da Furp, em Américo Brasiliense, para produzir os medicamentos que vende ao Estado, sem pagar aluguéis pelo uso do prédio e sem fazer as melhorias que estão previstos no contrato.

E só para que as pessoas saibam, ele afirma ainda que a EMS teria deixado de promover o registro, na Anvisa, dos medicamentos que produz na Furp, uma vez que essa é uma obrigação prevista no contrato. Era essa a questão que eu tinha ao senhor doutor Afonso: se realmente houve algum procedimento interno da Furp acerca dessas alegações, para colaborar com a instauração desse inquérito que está em andamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Passo a palavra ao senhor. Teria alguma dúvida quanto à pergunta. Você pode pedir ao senhor deputado para repetir. São várias perguntas. Tem a palavra.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado, deputado. Obrigado pelas perguntas. Vamos começar pela deputada. A senhora fala sobre os medicamentos arcaicos que Furp produz, não? De fato, são medicamentos cujos registros foram conseguidos e obtidos há vários anos atrás. Não houve uma atualização desses equipamentos.

Como eu disse, indústrias de ponta investem, hoje, 1 bilhão, 1 bilhão e meio, 2 bilhões para a atualização dos seus portfólios. O Estado infelizmente não dispõe desses recursos. Portanto nós ficamos com medicamentos, que embora sejam defasados, continuam sendo eficientes. E continuam, obviamente, tendo um preço competitivo.

Então, às vezes uma determinada moléstia precisa de um produto mais sofisticado, e outras não. E você não precisa dar aquele medicamento mais sofisticado para aquela terapia que precisa de um medicamento menos nobre. Têm servido bem, ainda, esses medicamentos que nós fornecemos. Mas são sem dúvida equipamentos que não são de última geração.

Passando para o segundo ponto. Agora, falando do faturamento da Furp, de 280 milhões de reais, que aconteceu no ano passado: tudo é verdade. O que nós estamos fazendo a respeito? Aliás, ótima pergunta. Eu acho que esse é o desafio da atual administração. Nós estamos tomando algumas providências, deputado. A primeira delas não diz respeito só ao faturamento, mas ao corte de custos.

Eu acho que despesa é que nem unha: você tem que cortar sempre. Então, quando nós assumimos a gestão, começamos cortando os cargos comissionados. Então, somente os cargos comissionados, em 15%, para reduzir a nossa folha de pagamento. Também, como eu já disse aqui, incrementamos e colocamos pessoas mais capacitadas - na minha opinião - na área de compras.

Inclusive, essa nossa gerente foi a Brasília, recentemente, participar de um treinamento para fazer licitações internacionais para comprar diretamente lá fora, e não aqui dentro, para que o custo caia. E, como eu disse, o custo do princípio ativo é 60% do valor do produto. Então é importante, isso.

E o que nós fizemos, na ponta de aumento de receita. Eu estive por duas vezes com o secretário da Saúde, o Mandetta. E também estive duas vezes com o secretário de tecnologia, o Denizar.

Quais foram os objetivos da minha conversa? No sentido de que o Ministério compre mais da Furp. O Ministério reconhece a capacidade da Furp, de fazer bem feito,

reconhece que a Furp tem quadros de primeira linha, quadros técnicos preparados. Então eu pedi ao ministro e a secretário Denizar para que eles, por favor, nos ajudassem a viabilizar a venda de medicamentos.

E ele foi muito receptivo. Era secretário da Saúde de Campo Grande e ele falou que tinha uma experiência boa com a Furp. E que ele ia falar com o Denizar, como de fato falou. Marcamos a visita com o Denizar. Estou muito otimista em relação ao que a gente pode fazer, daqui para frente, com o Ministério. De novo, quero tornar a Furp menos dependente do Estado de São Paulo. Temos que importar dinheiro dos outros estados para cá.

Outro ponto que acho que é bastante relevante. Hoje, infelizmente, nós não podemos aumentar o nosso quadro de funcionários através de concurso. E, infelizmente, de novo, nós temos uma área comercial muito pequena em relação às necessidades que nós temos. Porque o Brasil é grande, e nós precisávamos de braços e pernas para visitar as outras cidades, para vender equipamento. Quem não é visto não é lembrado.

O que nós fizemos, então? Nós abrimos, no mês de março, licitação a título experimental para duas regiões do Brasil: para o Centro-oeste e o Nordeste, para contratarmos representantes comerciais. Acho que é a medida mais inteligente que nós podemos fazer. Porque, veja bem. Não precisa, um cidadão, vender só medicamento Furp. Vamos pegar um representante comercial que já comercializa os produtos, e vamos colocá-lo para viabilizar produtos nossos.

Felizmente, para nós, as licitações foram exitosas. E preços até competitivos. Porque nós fixamos assim: o representante comercial ganhará de zero a 5%. A licitação era: quanto menos ele oferecer, ele poderia ganhar a licitação. Então nós tivemos 1,7 a 4 e poucos por cento. Então, veja bem: preços competitivos.

E melhor: ele só ganha se ele vender. Se não vender, não ganha nada. Então a Furp não tem custo fixo nenhum: nem de carro, nem de gente, nem de nada. Vendeu, ganha 1,7 ou 4,7. Não vendeu, não ganha nada.

Então, em sendo essa experiência positiva, nós vamos estendê-la para o resto do Brasil. Com exceção, obviamente, de Brasília e São Paulo. Outra atitude que nós tomamos foi na busca de novos clientes. De novo: São Paulo está mais ou menos sedimentado. Temos que buscar, no Ministério e em outras cidades, novas operações.

Então nós tivemos a felicidade, de nesse mês de maio, fecharmos três importantes contratos: um com o Ceará, outro com a Bahia e outro com Guarulhos. Estou muito feliz de dizer para esta Casa que, até março, nós aumentamos a produção da Furp em

360% em relação ao mesmo período do ano passado. Estou contente em falar para essa CPI que nós, ontem, batemos toda a produção que fizemos no passado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quando o senhor fala desse aumento de produção - desculpe-me interrompê-lo - o senhor se refere à fábrica de Guarulhos?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Sim, especificamente à fábrica de Guarulhos. Depois eu vou contar por que a gente trabalha diferente lá com Américo Brasiliense. Mas nós estamos focados, fundamentalmente, na fábrica de Guarulhos.

Obviamente, somos comissionados, também, para vender lá para Américo Brasiliense. Mas o nosso maior ganho vem da fábrica de Guarulhos. Então é com muita alegria que conto, nessa CPI, que ontem nós atingimos a mesma produção que nós tivemos no ano passado inteiro na fábrica de Guarulhos.

E também estamos tomando algumas iniciativas com relação à governança interna. Eu propus, há 30 dias atrás, para o Conselho Deliberativo da Furp, e esse conselho autorizou, que nós criássemos uma área de auditoria interna. Não tínhamos uma área de auditoria interna, presidente. Então criamos uma área de auditoria interna. E fiz questão que essa auditoria não se reportasse ao superintendente. E sim, ao Conselho Deliberativo. Porque tem que haver a consolidação das instituições.

Então nós fizemos com que esta área de auditoria vá se reportar diretamente ao Conselho Deliberativo. Então o conselho aprovou por unanimidade. Agora estamos procurando a pessoa com perfil ideal. Preferencialmente, alguém da Procuradoria, eu gostaria de encontrar, com esse perfil, para que a gente então possa começar os trabalhos nessa área.

Nós estamos tomando várias iniciativas para... Nada acontece em uma empresa sem uma venda.

O grande desafio que a gente tem lá é fazer a Furp crescer em termos de volume de vendas. A senhora fala também, aqui na sua terceira pergunta, se eu entendi bem, que São Paulo dobrou o preço da PP. Qual a razão do valor do mercado, a forma de registro, a previsão para registros de medicamentos, se nós pagamos registro, etc.

Então, vou me permitir aqui, à medida em que - a senhora pode acompanhar - eu vou responder uma a uma e se eu esquecer a senhora puxa a minha orelha, tá certo?

De fato, quando foi feita a PPP, a PP foi feita há pouco mais de seis anos, quando essa PPP nasceu ela saiu com dois eixos importantes, não é? O primeiro eixo é a lista de medicamentos e o segundo eixo é como se compra, quanto se paga nesse preço de medicamento.

Quero lembrar também a esta Casa que a PPP que essa foi e continua sendo a primeira e única experiência de PPP com laboratório oficial. Portanto, tem uma curva de aprendizado aí. Quando se estabeleceram esses dois eixos, o que aconteceu? O primeiro eixo nominou-se lá 96 medicamentos para serem vendidos para a Secretaria. Infelizmente, pouco tempo depois dos 96, 40 se inviabilizaram. Ou seja, a Secretaria deixou de comprar porque lançaram outras drogas, ou mais efetivas, ou com preços mais competitivos; aquela cesta caiu. Infelizmente, o contrato ele é engessado. Ele permite apenas a troca de medicamentos na casa de dez por cento. E nós tivemos uma queda muito maior do que essa. Então, nós estamos presos nesse primeiro eixo. Tá certo?

Temos um segundo eixo. É a questão da precificação do medicamento. E aí, acho que é o aspecto mais dramático dessa PPP.

Quando foi feita a PPP, cerca de seis ou sete anos atrás, estabeleceu-se que tinha que ter um parâmetro para o setor privado, para saber como ele ia cobrar o medicamento que ele ia entregar, estabeleceu-se que ia ser baseado na tabela Cemed, que é uma tabela feita pelo Ministério da Saúde, de preço de todos os medicamentos. Lembrem-se, eu contei aqui que os preços dos medicamentos são tabelados; é o único setor que tem preço tabelado na economia. E aquela época estabeleceu-se que quem ganhasse a PPP, quem fosse o parceiro privado teria que aplicar um desconto de 49,99%, 50% em cima do preço da tabela Cemed.

Quando a gente comparava as compras, naquela época, 50% de desconto da Cemed ou o preço que a Secretaria, efetivamente, estava comprando, isso dava um ganho para a Secretaria ao redor de dez por cento. Ou seja, quando iniciou o contrato a Secretaria saiu ganhando dez por cento, não é? Infelizmente, ao longo do tempo isso mudou. Quer dizer: vieram genéricos, a indústria muito mais competitiva, 470 laboratórios concorrendo. Acontece que o preço dos medicamentos foi caindo, caindo, caindo de tal forma que aquele percentual de 49,99 absolutamente insuficiente para fazer com que as compras dos medicamentos sejam hoje feitas de maneira equilibra.

Vou dar um exemplo para a senhora deste ano, ou do ano passado, que vão ser relativamente iguais.

Hoje, nós pagamos por ano, quando eu digo nós pagamos, a Secretaria passa o dinheiro para a fundação e a fundação repassa para a CPM, que é do grupo MS, A Secretaria paga 90 milhões de reais por ano. O que a Secretaria recebe de volta, o que a Furp recebe de volta? A Furp recebe a prestação de serviço que é a manutenção e operação daquela fábrica, recebe alguns investimentos que são feitos ou foram feitos e recebe medicamentos. No entanto, quando a gente olha o preço daquele medicamento, se fosse comprado no setor privado, nós compraríamos aqueles mesmos medicamentos por 34 milhões de reais.

Então, existe um GEP, uma diferença enorme. Se a senhora me perguntar “mas por que isso aconteceu?” Eu debitaria, ou creditaria ao noviciado da operação. De novo: primeiro o laboratório oficial fazendo uma primeira operação de PPP, estabeleceram-se as regras para um contrato de 15 anos, não é?

Vou avançar um pouco mais, deputado, eu vou avançar um pouco mais, mas eu vou voltar a falar sobre o que a gente planeja em relação a isso. A senhora falou dos registros, não é?

Os registros eram 96 registros que precisavam ser contemplados lá no contrato, eles precisam fazer 96 registros e eles fizeram registro na modalidade clone.

A modalidade clone é um registro que não... O que diz a PPP? Só para a gente entender um pouco e democratizar a informação. A PPP estabelece o seguinte: que ao final do contrato, que é de 15 anos, o agente privado deixa a operação, deixa o equipamento que ele ocupou, a Fábrica de Remédios Brasiliense operativa, operando em bons termos, com jardim cortado, pintado, etc., e com os registros para que a gente opere aquela fábrica. Quando ele coloca a modalidade clone isso permitiu que a fábrica começasse a operar rapidamente. Se ele fosse viabilizar o registro normal isso poderia levar de dois, três a quatro anos, pois a Anvisa é muito demorada para dar um registro.

Então, ele entrou com o registro clone. A fábrica não sofreu prejuízo, porque ela começou a produzir medicamentos no tempo em que estava estabelecido em contrato, ou que estava pactuado, mas, em contrapartida nós não pagamos um real para a CPM, para a entidade privada, por conta da falta de registro.

Diria que nós ficamos num mundo razoável: ele forneceu o medicamento e nós não pagamos os registros. E se ele não fizer o registro definitivo nós não pagaremos. Estamos falando aqui de um volume importante de dinheiro. São 300 milhões de reais no nascedouro da operação. Esse dinheiro não foi pago.

Agora falar de PGE, se houve pareceres da PGE, não é? Eu queria lembrar a senhora, lembrar não que a senhora já sabia, eu quero informar...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Por gentileza, estamos recebendo aqui, que estava numa CPI ao lado, o Dr. Sérgio Siqueira Rossi, do Tribunal de Contas, que muito nos auxilia nas CPIs aqui, e em outras CPIs, que veio a Assembleia. Então, nós queremos agradecer a sua presença e a sua deferência. É um prazer e um honra. Devolvo a palavra ao senhor.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - A senhora pergunta sobre a questão da PGE, se ela foi ouvida, não é?

Com relação à PPP, até onde eu tenho conhecimento - me desculpe o meu noviciado lá - mas até onde eu pude observar - olha, eu procurarei estudar um pouquinho para vir aqui para poder vir aqui para atendê-los no melhor possível. Então, perdoem-me se a minha memória falhar em alguma coisa - mas até onde eu pude observar a PGE foi ouvida com muita frequência. Toda a formatação da PGE, toda a elaboração do contrato, editais, etc. passaram pela PGE. Inclusive houve uma consulta à PGE em relação à discrepância de valores que existem entre o que foi contratado e o que poderia se encontrar no mercado hoje. Noventa milhões contra...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então, aproveitando, só por conta da oportunidade desse assunto específico, aqui o percentual de desconto - isso que eu queria que o senhor me explicasse - sobre o valor da lista básica de medicamentos obtido com a aplicação do PMVG respectivo sobre a relação de produtos..., eu não consegui entender o que é esse PMVG, e também tem o item do contrato, que está na cláusula 12^a, só para...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Estou ilustrando a palavra... E não dou ordem porque eu estou com a palavra. “As partes concordam com prazo máximo para obtenção do registro de medicamento perante a Anvisa será de dois anos contados da data em que a Furp tiver efetivamente solicitado”. Salvo engano, o senhor falou acho que um período um pouquinho maior. Só queria que o senhor esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputada, a ordem foi dirigida à Presidência. Ele não pediu um aparte. A senhora já concluiu o que ia perguntar?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas eu estava com a palavra. Como é que ele pede a ordem? Ele pode me interromper?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pode ocorrer. A senhora, da mesma forma pode fazer.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não. Pela ordem deputado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu só queria saber se a regra vai ser cumprida, porque a deputada Beth perguntou o que ela achou necessário, deputado Carlos Cezar perguntou, o presidente estava respondendo e aí voltou a perguntar a deputada Beth Sahão. Pergunto se essa é a regra que vai ser. Não há problema para mim. Eu só preciso entender isso. E ela ficou brava eu não sei por quê. Temos aqui mais cinco deputados querendo também fazer algum questionamento, ou alguma pergunta. É só isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu acho que ela quis elucidar, Excelência, as perguntas que ela fez.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Poderia fazer depois que os deputados fizessem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Poderia.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela oportunidade, deputado Carlão Pignatari. Ilustra. É melhor a resposta dele; com certeza.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Vamos devolver a palavra ao superintendente para concluir as respostas para que outro deputado possa...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas Sr. Presidente, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, Excelência.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu quero saber se a regra vai ser essa, ou não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos estabelecer plenamente com os senhores deputados aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, não, porque pelo que eu entendi o que o senhor colocou é que dois deputados perguntavam, o presidente respondia, dois deputados perguntavam, o presidente respondia. Se quiser voltar a pergunta não há nenhum problema, desde que os deputados sejam respeitados porque está tirando o direito de que outro fazer alguma pergunta É só isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Podemos ter essa regra, Excelência, até para agilizar os trabalhos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, Excelência.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, apenas dizer: ele é membro da comissão? Ele não é membro da comissão. Então, quem define as regras da comissão são os seus membros. São os seus membros, deputado Carlão Pignatari; desculpe-me.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada, a senhora está sendo primeiro indelicada. A senhora está sendo indelicada. Eu não sou membro, mas também sou deputado desta Casa, como todos os outros deputados.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, aqui as regras já foram definidas.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Como todos os deputados. E estou inscrito no fim, depois de todos os deputados.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não é a primeira CPI de que eu participo na Casa.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É depois de todos os deputados. É que a senhora acha que CPI é só a senhora que pode perguntar. Não é assim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Em todas as CPIs nós temos liberdade para poder falar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A senhora tem que aprender a respeitar as regras.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, espera.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu sei que a senhora não sabe.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, o senhor sabe se as regras estão sendo respeitadas?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - A senhora está sendo indelicada comigo, deputada. Eu não sou. Eu estou respeitando.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência. Excelência.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu estou perguntando ao presidente qual vai ser a regra. Qual vai ser a regra?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, vamos retomar?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas, eu quero saber qual é a regra. Só isso que eu quero, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós vamos estabelecer.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu não fiz nenhum questionamento à deputada Beth. Ela pode ficar o dia inteiro perguntando.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Carlos. Deputado Carlos, nós vamos estabelecer essa regra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Está certo? Eu tenho mais o que fazer.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos estabelecer essa regra aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas ela pode.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou me informar com a secretaria como a gente deve proceder.

De dois em dois deputados questionam, e daí...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas, o senhor fez a regra. O senhor ditou a regra e começou, está certo? Então, é só isso. Eu não sou membro, mas eu sou deputado e tenho o direito de fazer qualquer tipo de pergunta, com menos tempo do que ela. Mas, eu tenho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sem dúvida. Qualquer deputado pode vir aqui questionar.

Vamos retomar, então, para poder responder.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Deputada, obrigado pela pergunta. "PMVG" significa "preço máximo de venda para o governo", uma fórmula que se aplica, que está no nosso contrato de PPP.

Então, significa "preço máximo de venda para o governo". Com relação aos registros, eles apresentaram os registros em maio de 2015. Foram 15 registros, justamente para começar a produção.

Lembrando que os registros foram apresentados na modalidade de clone. E, por essa razão, mesmo produzindo os medicamentos, eles não estão recebendo absolutamente nada a título de pagamento de registro ou de eventuais investimentos realizados naquela unidade.

Ok? Está claro?

Agora, a pergunta, deputada... sobre... eu estava falando para a senhora sobre os pareceres da PGE. Você sugere responder integralmente? Não?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Já respondeu.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - A senhora pergunta se o contrato vem sendo cumprido por parte da CPM, eu imagino.

Claro, o contrato, ele vem sendo cumprido. Exatamente a modalidade de clone permitiu que o contrato pudesse ser cumprido - não teria os registros para operar. A modalidade de clone foi adotada justamente em função... agilizar a produção dos medicamentos.

Então, nós não podemos deixar de dizer que o contrato, com relação à entrega de medicamentos, está sendo cumprido, sim.

A senhora fala em obrigações pendentes para produção, não é? É isso? Bom.

Os únicos itens que nós temos, até onde eu me lembro, os únicos itens que nós temos pendentes lá com a CPM são os registros definitivos. Registros definitivos, ou seja, não na modalidade de clone.

Tem que entregar para nós os registros definitivos. Por quê? Porque quando eu tenho a modalidade de clone, se ele, lá, laboratório CPM muda alguma coisa no registro clone dele - alguma máquina, algum equipamento, algum princípio ativo, eu,

obrigatoriamente, na Furp, tive que mudar também. Essa é uma determinação da Anvisa.

Então, se eu não tenho um registro definitivo, eu não tenho liberdade de operar. Então, lá na frente, até o décimo quinto ano, quando interrompermos essa operação e ela voltar para o estado, ela tem que voltar com os registros definitivos, senão eu não posso operar adequadamente aquele equipamento.

Agora, isso era para ter sido feito até o segundo ano, e não foi. Então, nesse sentido, existe aí uma fragilidade da outra parte.

A senhora pergunta se os investimentos foram feitos pela CPM. Em parte: os investimentos estavam estabelecidos em contrato e eram na ordem de 63 milhões de reais.

A empresa me conta... Os números da empresa são um pouco diferentes do que nós temos, mas vamos acreditar na empresa, e depois vamos checar. Ela me conta que investiu alguma coisa perto de 15 milhões de reais.

Quinze milhões de reais é 18%, vai, do valor que eles deveriam ter investido. Por outro lado, a Furp, através de uma correspondência que foi emitida, concordou com a dilatação para que houvesse os investimentos.

Sob a alegação de que se aqueles investimentos fossem feitos neste momento, nós receberíamos equipamentos que, primeiro, não seriam utilizados. Não tem necessidade nenhuma daqueles equipamentos naquela unidade. E, também, nós correríamos um risco enorme de quando a fábrica viesse para a Furp definitivamente, aqueles equipamentos se tornassem absolutamente obsoletos.

Então, a administração anterior entendeu que era melhor procrastinar ou dilatar o prazo para que fossem feitos os investimentos.

A senhora pergunta se a Furp instalou sindicância em relação a esse contrato, e vem, também, de encontro com a pergunta que o senhor fez, deputado. Não é?

Eu diria o seguinte: até este momento, não. Eu queria lembrar aqui, nós instalamos sindicância sobre o aditamento da fábrica de Guarulhos antes mesmo de conhecermos sobre o nascimento dessa CPI, não é?

Quando estive aqui na Comissão, eu saí daqui dizendo que nós iríamos abrir, e fizemos na Comissão de Saúde, desculpe. Eu disse que ia fazer, e fiz.

Com relação à sindicância para esse contrato, confesso que não fizemos isso ainda. Por que não fizemos? Eu não estou convencido, ainda, que é necessário.

O que nós fizemos? Eu peguei todo o corpo técnico da Furp, os advogados, os técnicos, farmacêuticos, todas as pessoas que conhecem essa operação - e conhecem com profundidade -, e nós estamos nos reunindo várias vezes por mês, em reuniões semanais, para avaliar todos os aspectos desse contrato, para ver se existe alguma coisa ilegal, imoral ou irregular.

Mas, nós fizemos mais do que isso, deputada: nós avançamos. Na minha opinião, esse contrato - essa é a minha opinião, não quer dizer que é a opinião de todo mundo, mas a minha opinião é que esse contrato - não pode continuar como ele está.

Então, nós criamos duas comissões. A primeira comissão é uma comissão interna da Furp. E veja bem: às vezes falam "comissão", que é para não resolver. A nossa comissão é para resolver, não é? CPI resolve. Tem comissão que resolve e comissão que não resolve. Nós criamos comissão para resolver.

Por que comissão para resolver? Porque nós colocamos pessoas de alto coturno. Nós pegamos o presidente da EMS, presidente da CPM, diretor financeiro da EMS, diretor financeiro da CPM, diretores da CPM, diretores da Furp, que tenham cargos de gerentes gerais, gerentes gerais da Furp, eu, o Afonso Celsus, estou participando também desta comissão. Eu me incluí nela.

E, honestamente, eu devo, até surpreendentemente, dizer que a gente caminha. Nós estamos já na sexta reunião, todas registradas por ata. E a gente tem caminhado.

Porque até onde eu soube, esse consórcio teve uma postura muito dura no passado, para flexibilizar alguma coisa em relação a essa operação. Eles punham o contrato debaixo do braço e falavam que o contrato era aquilo. E, de fato, é.

Como eu disse aqui, desculpe, tem o parecer da Procuradoria falando para apagar. Não é? Mas, não pode ser assim. Temos que, enquanto administradores públicos, encontrar soluções.

Então, essa comissão foi criada. E, na última reunião que nós realizamos, ventilaram-se algumas opções. E uma das opções que foram apresentadas, de tanto a gente insistir, eles mandaram uma relação de quatro medicamentos que dariam um faturamento ao redor de 120 milhões. Eles poderiam substituir pelos medicamentos que hoje eles fabricam.

E esses quatro medicamentos, que dariam 120 milhões de reais, eles estariam sendo vendidos para a Furp e, conseqüentemente, para o Governo do Estado, a preço de ata, a preço de mercado.

Em isso acontecendo, em isso acontecer, o contrato volta ao seu ponto de equilíbrio. A má notícia é que um registro desse demora 15, 18, 24 meses para sair, não? Que a Anvisa é complexa.

De qualquer forma, estamos caminhando. Mas, não foi só isso que nós fizemos, não. Tem uma outra comissão que foi criada, deputada, que envolve a companhia paulista de parcerias. Nós estamos trabalhando junto com a procuradoria, e já havia uma determinação para que fosse contratada uma entidade externa para examinar esse contrato, para procurar soluções.

É engraçado: na vida, a gente vai ganhando experiências, e eu tenho certeza de que com os senhores não é diferente. A gente olha para um problema, nesta altura da vida em que nós estamos, e nós falamos: "Ah, isso aqui eu faria isso, isso aqui eu faria aquilo".

Confesso que nesse caso, quando eu olho, a saída não é tão simples. Por quê? Porque envolve uma PPP, tem pareceres da Procuradoria, está juridicamente bem fundamentada, o contrato é legal.

Então, precisa ter bastante trabalho e criatividade. É, a definição de contratar uma entidade externa, séria, a Fipecafi, que é ligada à Fipe, para avaliar alternativas para esse contrato é muito bem vinda.

E, nós estamos diligenciando para que eles concluam os estudos - pelo menos as primeiras apresentações sejam feitas até 30 de junho, e que os trabalhos estejam finalizados até primeiro de julho.

Por que é importante o aval da Fipecafi de uma entidade interna? Porque qualquer encaminhamento que nós dermos para este assunto de maneira açodada pode trazer prejuízos enormes para a população, que pode deixar de ser assistida por medicamentos, e pode, também, criar uma judicialização que nós não desejamos.

Então, é de bom tom que a gente envolva outras entidades com experiência nisso, para que possa avaliar e dar encaminhamentos que possam ser implementados.

Dívida com a CPM. Temos uma dívida, sim, com a CPM, e, aliás, uma dívida relativamente antiga. Hoje, a dívida com a CPM eu diria que é num valor de 74 milhões de reais em termos de principal, mais uns 20 milhões de reais em termos de juro.

Como é que essa dívida começou? Ela começou da seguinte maneira: o Governo do Estado, quando a PPP foi "startada", quando ela foi iniciada, o governo do Estado não concordou em pagar o preço que estava fixado no contrato da PPP, ou seja, aqueles 49,99 o governo do Estado não concordou em pagar, porque já, naquele momento, ele

encontrava preço de ata mais baixo do que aquele. Então, o governo do Estado passou a repassar para a Furp o preço que ele eventualmente compraria no mercado a preço de ata, em detrimento àquilo que efetivamente estava sendo cobrado pela CPM. Isso criou esse gap, originou lá atrás em 2015/2016, e a gente vem carregando esse gap até hoje. A gente tem pagado as faturas mais velhas e as mais novas vão ficando. Então, esse gap está lá, está sendo discutido com a CPM também. O que nós vamos fazer com isso é um assunto que está lá sendo analisado.

Sobre o cronograma de vencimento, a senhora já perguntou, acho que eu já respondi aqui, que ele não foi feito. Diligência, um bilhão de capacidade de 22 estão... Deixe-me ver se entendi a pergunta da senhora. A senhora fala sobre diligência de um bilhão e duzentos da capacidade de produzir medicamentos, não é?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Isso.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Sim, eles têm capacidade lá, hoje, instalada, deputada, para produzir um bilhão e duzentos milhões. Por que não produzem? Porque, graças a Deus, que não produzem. Nós não podemos comprar medicamento naquele preço, porque qualquer medicamento que nós formos comprar naquele preço, nós vamos comprar com dois terços mais caro. Aliás, eu gostaria de registrar aqui que a antiga administração... Deixe-me explicar para senhora, então. Por quê? Porque a regra... Lembre-se daqueles dois pontos que eu coloquei da PPP: tabela de preços e tabela de medicamentos. Tabela de preço estabelece que o preço que esse consórcio vai comprar, que essa CPM vai cobrar da fundação, 50% de desconto da Tabela Semed. Hoje isso é insuficiente. Hoje nós compramos com preços mais competitivos. Então, se nós compramos 90 milhões, entrego 90 milhões de medicamentos, nós compraríamos por 34, imagine o que aconteceria com um bilhão de produção. A mesma conta. Então, sabiamente, nem nós, nem a Secretaria de Saúde temos demandado mais volume deles. Há de se registrar também que houve um avanço na gestão anterior com relação a isso, porque, hoje, pelo contrato, nós seríamos obrigados a comprar da CPM, da fábrica da Américo Brasileira, alguma coisa ao redor de 200 milhões, deputados. E o governo passado, a Secretaria da Saúde, o superintendente anterior negociaram e reduziram esse valor para 90 milhões. Se nós tivéssemos com 200 milhões de reais, o valor da perda ia ser substancialmente maior.

Foram essas as perguntas. Respondi, deputada?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada. Só queria esclarecer ao presidente que pelo Regimento eu tenho direito a 10 minutos de intervenção. E não utilizei meus 10 minutos, para o presidente e para o líder do governo. Qualquer coisa a gente traz um cronômetro para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Comece a usar um cronômetro. Boa sugestão. Tem a palavra agora o nobre deputado, líder do...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Eu só queria ter certeza que ficou respondida a pergunta do deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Ficou. Especificamente sobre esse inquérito, você fez só aquela sindicância, mas não é especificamente sobre o inquérito. É isso?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Não, não. A sindicância, nós abrimos a sindicância sobre a fábrica de Américo Brasiliense, o aditamento que foi feito. Com relação à PPP, ainda não abrimos. Nós estamos, como eu disse, diuturnamente debruçados sobre esse assunto, avaliando as várias possibilidades, mas até o momento, honestamente, não verificamos nada de irregular, nada de ilegal, nada de imoral.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Apenas um contrato mal feito.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Um contrato que eu diria que é o risco do noviciato, alguém que vai fazer algo que é novo, o primeiro laboratório oficial que foi feita uma PPP. Então, certamente carece aí de alguns ajustes o contrato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não. Tem a palavra agora o nome deputado Carlos Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O senhor não quer, presidente, perguntar para a deputada Beth se eu posso perguntar e participar, ou não?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - De forma alguma, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Posso? Só quero saber se eu posso. Às vezes eu não posso também.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem a palavra, Excelência.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Posso. Cumprimentar o Dr. Afonso, superintendente da Furp e dizer o seguinte: Afonso, nós temos hoje, você pelos seus números, 831 funcionários na Furp de Guarulhos, uma produção de um bilhão de, como é que chama...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - De farmacotécnica.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Farmacotécnica.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Eu demorei para aprender.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para aprender, não é? Mas dizer o seguinte: esses funcionários são todos funcionários efetivos de carreira ou são celetistas que, porventura, pode ser diminuído o número de funcionários ou não. E se é necessário ou não. Essa é uma pergunta.

Segundo: vendo a comparação com a Furp lá de Américo Brasiliense, lá tem 130 e poucos funcionários e produz 20% a mais de produtos. Com esses funcionários eles produzem esse, essa quantidade de produtos? Se for isso, tem que se fechar a Furp de Guarulhos, porque se você tem 800 para produzir um bilhão, você tem 130 funcionários para produzir um bilhão e duzentos, às vezes é porque, como não está produzindo, também não têm os funcionários e a gente está cometendo um equívoco enorme.

Terceira, presidente: vocês, pelo que eu entendi, estão estudando alguma possibilidade de ou se alterar o contrato de parceria público-privada, mas com esses não

cumprimentos das regras que a empresa fez, se não é possível o cancelamento deste tipo de contrato, presidente.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Perfeito. Olha, obrigado pela pergunta, deputado, pelas perguntas. Realmente nós temos um quadro de 831 pessoas lá, praticamente todas na modalidade de concursadas. Apenas 14 não são concursados. Então, nós temos estabilidade de emprego. Existia até uma questão jurídica que no passado pessoas que entraram antes daquele período em que o concurso era obrigatório, se essas pessoas teriam esse mesmo direito da manutenção dos seus empregos, não? Em algumas administrações não passaram...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor me permite?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu não estou querendo que tirem essas pessoas da empresa. Só quero saber a comparação de produção de uma com a outra.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só para registrar a presença do nobre deputado, para nós sempre deputado aqui, Chico Sardelli, que se faz presença, se faz presente. Trabalha aqui todo dia, vejo-o todo dia.

Com a palavra.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Então, nós temos apenas 14 comissionados. A produtividade na fábrica de Américo Brasiliense é infinitamente maior que a nossa, sem dúvida. Por quê? Lá eles têm equipamentos mais modernos, e quando a fábrica foi feita foi utilizado equipamento de ponta, não é? É um parque fabril relativamente novo, sendo que o parque fabril da unidade de Guarulhos é bastante antigo. Então, é difícil produzir na mesma velocidade que se produz em Américo Brasiliense.

O senhor fala sobre alteração da... Desculpe, não entendi a última...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vocês estão estudando aí, ou com essa comissão, uma, ou alteração no contrato...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Entendi, liquidação no contrato. Entendi. Desculpe.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Mas por essas, por não ter investido, por não ter registrado definitivamente os medicamentos, se não é cabível a interrupção dessa, dessa parceria.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Anotei aqui, nem eu entendi minha letra, viu deputado. É, é de médico, é que foi rápido.

Respondendo ao senhor objetivamente: olha, com relação à falta de entrega do registro definitivo, existe uma certa dúvida com relação se pode ou não rescindir esse contrato, de acordo com o nosso próprio corpo jurídico, porque, na verdade, quando, quando foi, quando a CPM foi solicitar o registro na Anvisa, na modalidade clone, ela submeteu isso à CPM, que assinou. A Furp assinou, desculpa, a Furp assinou. Então, a Furp sabia que a modalidade que vinha era clone. Então, isso, de alguma forma, pode fragilizar nossa posição. Mas, por outro lado, como o contrato se encontra muito desequilibrado, nós fizemos uma consulta pontual ao nosso Departamento Jurídico, há poucos dias atrás, e o entendimento é que o contrato pode ser rescindido a bem do erário público, né? Porque é um contrato muito desequilibrado. Claro que não é uma coisa simples de se fazer. Nós teremos que fazer a encampação da fábrica, e isso passa por um projeto que viria aqui para a Casa, até para ser votado. Mas se esse for o caminho, e ele é um dos caminhos está sendo estudado, eventualmente submeteremos à Casa, né, se for o caso, para que seja tomada essa atitude. Nosso Jurídico disse que hoje seria possível tomar esse caminho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Carlos Pignatari.

Temos inscrito aqui o nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. Danilo, vou pedir para o deputado Auricchio, o senhor é vice-presidente da Comissão, mas para o Auricchio, se possível, assumir um pouquinho a presidência aqui, que é uso técnico, a gente tem que dar um pulinho ali do lado. A idade, né, Carlão? A idade, às vezes, a gente tem que dar uma parada técnica, não é? Obrigado, Auricchio.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Com a palavra o deputado Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Boa tarde a todos. Superintendente Afonso Celso, perguntas diretas, a data de início, a primeira, a data de início da sua assunção frente à Superintendência. Pergunta nº 2: se diante de não aprovação do Tribunal de Contas de casos, de irregularidades, o Tribunal não aprovando contas da Furp em anos anteriores, se o senhor fez ou preparou uma auditoria para deixar um marco do antes e do depois, né, da gestão do senhor, e se essa auditoria pode ser fornecida à CPI, a capacidade produtiva em porcentagem, especificamente, da fábrica de Guarulhos. Tivemos de Américo Brasiliense, que não chega a 25% e, na de Guarulhos, estamos aquém também. Queria que o senhor respondesse, por gentileza, qual é a porcentagem de 2018 da capacidade de produção de remédios ou unidades farmacotécnicas.

Se a fábrica tem possibilidade de expansão de produção e se o Governo do Estado de São Paulo, focado na gestão pela qualidade - e aí o senhor também representando um braço do Governo do Estado frente à gestão da Furp -, tem um plano de gestão para a modernização, aumento da capacidade de produção, principalmente quanto ao maquinário obsoleto que não deixa Guarulhos aumentar a sua produção.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado, deputado, pelas perguntas. Eu iniciei meus trabalhos na Furp no dia 10 de janeiro de 2019.

Com relação ao segundo ponto - aprovação do Tribunal de Contas -, a gente observa que as contas de 2012 foram reprovadas pelo Tribunal de Contas, a Furp recorreu e não temos ainda uma decisão definitiva daquele tribunal. Basicamente, as contas foram reprovadas pelo déficit que a Furp apresentou naquele ano de 35 milhões de reais, pela produção ter sido mais baixa do que havia sido no ano anterior e por entrega de alguns relatórios. Isso vem acontecendo também nos outros anos.

Então, mais do que montar uma auditoria para isso, nós mudamos a área financeira. Trouxemos uma nova pessoa, o Domingos Ferronato, professor de contabilidade, pessoa muito preparada que trabalhou em indústria e mercado. Ele está à frente da área financeira revisitando todos esses assuntos. O Domingos juntamente com o Agnaldo, que é o nosso contador atual. Nós substituímos o gerente financeiro e o Domingos veio e assumiu. Temos duas mudanças: da gerência financeira e da diretoria financeira. Então, chegaram dois novos elementos para reforçar o quadro e revisar todo esse assunto.

A capacidade produtiva de Guarulhos, o ano passado foi na ordem de... A ociosidade foi na ordem de 63 por cento. Neste ano de 2019, nós avançamos positivamente e reduzimos para 54% e desejamos avançar mais.

A capacidade de expansão de Guarulhos existe; Guarulhos pode produzir mais do que vem produzindo atualmente. Esta pergunta eu já emendo com a próxima, sobre a possibilidade de investir em máquinas. Eu sempre sou da opinião - posso não estar correto - de que a gente deve esgotar o nosso parque. Temos que usar o que temos lá, já que temos as pessoas. São pessoas concursadas que vão continuar lá, são 980 colaboradores. Com aquelas máquinas não vamos ser tão eficazes, mas com as pessoas, elas se complementam.

Então, temos, com aquelas pessoas mais aquelas máquinas, capacidade de produzir 960 milhões de unidades farmacotécnicas. Quero chegar a este número. Na hora em que chegarmos a esse número, aí sim é hora de propor novos investimentos. Acho difícil investir quando se está abaixo do patamar mínimo que o instrumento te possibilita.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Perfeito. Muito obrigado.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Com a palavra o deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Quero cumprimentar todos os membros desta comissão, o presidente Thiago Auricchio, que está aí, e voltando ali o

nosso nobre deputado Edmir Chedid, agradecer a presença do Dr. Afonso, que atendeu ao convite desta CPI para participar conosco aqui.

Mais uma vez, quero agradecer a sua presença e parabenizar o senhor, com só cento e poucos dias à frente da Furp, e veio tão bem preparado, respondeu a todas as perguntas, a todos os questionamentos que foram feitos. Então, meus parabéns ao senhor pelo bom preparo para estar aqui conosco nesta manhã.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Muito obrigado, deputado.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - O senhor conseguiu, de forma muito clara, responder a todos os questionamentos. Acho que isso é louvável aqui. A maioria das perguntas que formulei o senhor já respondeu, mas gostaria de citá-las, até para ficarem registradas as perguntas que eu faria.

Como está atualmente a gestão da Furp? O senhor pode fazer uma explanação muito rápida sobre de que forma está hoje, atualmente, a gestão? Quais são os planos para o futuro da Furp? Acho que o senhor já explanou aqui muitos deles.

Se existe algum plano de ação para aumentar a produção/faturamento da fábrica. Também já foi falado sobre isso aqui. A nobre deputada Beth já perguntou também no início.

Se a Furp, hoje, pode atender a uma demanda maior na produção de medicamentos e se outros medicamentos genéricos podem entrar na grade de produção da Furp, para que aumente essa produção, aumente a oferta não só para o estado de São Paulo, mas, como o senhor já disse, para outros estados também.

São essas as minhas perguntas, presidente.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado, deputado.

Bom, a gestão atual da Furp está se mobilizando efetivamente para dois pontos que acho que são nevrálgicos na fundação. Não é difícil mapear e saber o que está acontecendo lá.

Basicamente, temos altos custos e baixo volume de vendas. Temos que trabalhar nas duas pontas, então estamos trabalhando com redução e corte de despesas. Notadamente, na área dos comissionados, nós cortamos 15% do quadro comissionado, reformulamos e contratamos novas pessoas para a área de compras. Eu disse aqui já que a área de princípio ativo corresponde a 60% do preço do medicamento. Então, se compramos uma matéria-prima, o custo final acaba sendo alto.

Então, nós movimentamos as pessoas lá, trouxemos uma gerente bastante experiente, fazendo curso para fazer licitações internacionais. Hoje, é comum acontecer de nós termos um único fornecedor para um único princípio ativo. Precisamos acabar com essa regra. O setor, de uma maneira geral, o setor farmacêutico vive desse drama, mas temos que trabalhar para melhorar essa questão.

Então, estamos trabalhando também na frente comercial, que é muito importante, com a nomeação dos representantes comerciais em duas regiões.

Mantivemos conversações com o Ministério da Saúde por meio da sua liderança máxima, o ministro da Saúde, Mandetta, com o secretário Denizar, no sentido de que aquele ministério venha demandar mais medicamentos da Furp. Eles dizem que isso é possível, eles confiam na capacidade de produzir bem o medicamento da Furp. A Furp é muito parabenizada sempre pelos excelentes profissionais que possui nessa área.

Estamos também conversando com municípios fora de São Paulo, estados - não São Paulo, mas outros estados - e também outros entes da federação, de tal forma que a gente possa dinamizar as nossas vendas. Fomos felizes agora, recentemente: Bahia, Campo Grande e Brasília. Foram 300 milhões de unidades farmacotécnicas vendidas, novas, para esse pessoal.

Por isso, estamos agora com 100% da produção feita este ano em relação ao ano passado. Já cumprimos 100 por cento. É pouco, não estou feliz, não. Temos que fazer muito mais. Não estamos batendo palma para ninguém, temos que fazer mais. Então, estamos andando dessa maneira.

Planos para o futuro. Olha, eu estou muito preocupado em ocupar, neste momento, aquela máquina que temos lá, aquele equipamento. Temos que fazer aquilo rodar. Uma vez que a gente faça rodar, somos capazes de conseguir outros avanços.

Por exemplo: quando estive com o secretário Denizar, nós tínhamos recursos que estavam contingenciados para nós, 15 milhões de reais, desde 2013. Ele prontamente nos liberou cinco milhões e 400. Também não estou contente, é pouco. Nós vamos voltar lá. O dinheiro está na Furp, eles não liberam, nós vamos apertá-los. Mas cinco e 400 saíram na primeira visita.

Então, esses 15 milhões nos permitiriam não avançar muito em termos tecnológicos, mas, pelo menos, manter, fazer com que a manutenção do nosso parque esteja mais adequada aos níveis de hoje.

O plano de ação para aumentar vendas e produção é tudo o que vamos trabalhar. Sempre digo que, sem uma venda, nada acontece em uma empresa. Não precisa de presidente, não precisa de contabilidade, não precisa de nada. O que temos que fazer na Furp é vender, vender, vender e vender. Então, toda a nossa área comercial, que está hoje representada pelo Eduardo, que é o nosso diretor comercial... Ele sabe, eu pego no pé dele todos os dias. Todos os dias ele fala comigo, eu falo com ele sobre o que saiu, o que não saiu, onde podemos ser mais agressivos. Quero ir junto, quero saber por que perdemos uma licitação.

Nós temos alguns ativos na Furp. Eu diria que o segundo ativo mais importante é o que vou falar para os senhores. O primeiro ativo mais importante eu acho que são os funcionários. Esse é nosso principal ativo. O segundo principal ativo da Furp não está no balanço da Furp: é que podemos vender para outros governos, vender para outros estados, vender para municípios sem participar de licitação, porque somos uma entidade pública. Isso abre muitas portas. Obviamente, tenho que ter um preço razoável para poder entrar, mas, poxa, eu venço várias barreiras com esse ativo que nós temos. Então, nós temos que, em minha opinião, explorar melhor isso.

Aliás, todas as vezes em que existe alguma reunião com algum prefeito, com outras pessoas, o palácio tem me chamado. Eu vou, o secretário tem nos ajudado. O Germann sempre nos coloca junto para conversar, para arrumar outros clientes potenciais. Então, esse é o processo. Com relação à pergunta se pode produzir mais, pode.

Nós temos uma capacidade instalada lá que está subdimensionada em termos de utilização, então nós temos capacidade de produzir mais sem dúvida. Nós podemos chegar a quase um bilhão de unidades farmacotécnicas e no ano passado produzimos 330 milhões.

Este ano, já produzimos 330 milhões, então nós vamos andar rápido. E com relação a outros medicamentos genéricos, nós temos uma dificuldade um pouco maior que eu vou até contar pra vocês, que é a questão do registro.

Quando a gente vai registrar um novo medicamento, a Anvisa tem que concordar com esse registro. Nós temos que fazer teste do medicamento, ela vai lá verificar se o equipamento que nós estamos usando é adequado e isso é um processo de um ano e meio, dois, três, e pode custar até três milhões e meio de reais.

Acho que nós temos um caminho mais rápido, deputado. Eu estou mantendo um contato com laboratórios privados e se os senhores me permitirem até vou citar quem são. Eu conversei com a Sanofi-Aventis em fevereiro deste ano. Eu conversei com a Bayer em março e abril deste ano. Eu conversei com a AstraZeneca em março e maio deste ano.

Eu conversei com a Novartis em março e maio deste ano. Eu conversei com a MSD em abril deste ano. Conversei com a GSK Glaxo em abril e maio deste ano e conversei com a Biogen em maio deste ano, por que sete laboratórios?

Porque é muito mais fácil, na minha opinião, pegarmos esses laboratórios, eles nos permitirem usar suas licenças e nós pagarmos “royalties” para eles do que a gente ir atrás de um investimento muito alto para desenvolver um produto próprio ou um registro que seja nosso. Porque nós precisamos ocupar rapidamente aquele parque e se eu for demandar um novo registro e a Anvisa aprovar, eu vou demorar três, quatro, cinco anos.

Eu quero ocupar a fábrica já. Queremos pôr aquele negócio para rodar agora. Então, nós estamos atrás disso. Por isso que eu acho e o senhor há de concordar comigo que esse caminho de parceria com as entidades e laboratórios privados é um caminho mais razoável. Acho que respondi todas as questões, deputado. Obrigado pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Auricchio, obrigado por responder pela Presidência por alguns minutos e sei que acabou invertendo a ordem.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Não tem problema. Vou entender, obrigado. Quero rapidamente cumprimentar o Dr. Afonso, agradecer pela visita.

Agradecer sua recepção lá na fábrica da Furp de Guarulhos e como o deputado Alex bem colocou, parabenizar o senhor nesses quatro, cinco meses de gestão.

Acho que a gente atingindo no ano de 2019 já a produção de 2018, com certeza é um grande ganho. Tenho certeza que toda a experiência do senhor vai levar a Furp para dias melhores. A maioria das perguntas que eu ia fazer já foi respondida, elucidada pelo senhor.

Ontem, eu estive com o secretário de Saúde, Dr. Germann, e ele disse que até um dos motivos que o medicamento teria um preço elevado seria porque a fábrica não teria tanta demanda. O senhor acha que acabando com essa ociosidade da fábrica os preços dos medicamentos poderiam ser reduzidos?

A segunda pergunta que eu coloco, doutor, é qual o valor atualizado dessa indenização que a CPM cobra da Furp? E a terceira pergunta que eu queria colocar também, é só um dado que chamou a atenção de todos os deputados, é que a Furp paga para a EMS 90 milhões por ano.

Aí o senhor dividiu em prestação de serviço, investimento e na parte de medicamentos, que seriam 34 milhões, sobriam 56 milhões de reais. O que seriam esses investimentos que o senhor colocou para a gente? Obrigado, doutor.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado, deputado Thiago. Vou inverter, por favor. Se o senhor me perguntar, vou inverter. Na verdade, a Furp paga por prestação do serviço. Não existe uma divisão do que é medicamento ou investimento nesses 90 milhões.

Aliás, a parte de investimento nós não estamos nem pagando, porque eles não cumpriram a parcela “A”, que seria “registros e investimento”. Então, os 90 milhões são só prestação de serviço para manutenção da fábrica e entrega de medicamentos.

E não existe uma divisão entre o que é manutenção da fábrica e entrega de medicamentos, porque foi feito um contrato de prestação de serviço. É a natureza da PPP, um contrato de prestação de serviço.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Desculpe, eu tinha me enganado então que esse valor de 34 milhões...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - O que eu disse para os senhores é o seguinte, que hoje nós pagamos 90 milhões de reais para a CPM. Ela

entrega 90 milhões de reais de medicamentos, mas nós compraríamos no mercado esses medicamentos por 34 milhões de reais, entendeu?

Então, esse “gap” é que nós precisamos trabalhar. Esse “gap” acho que não é aceitável. Indenização para a CPM numa eventual rescisão de contrato...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Dá para o senhor repetir o valor? O senhor compraria no mercado por...

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Trinta e quatro milhões, aproximadamente, preços de ata hoje. Com relação à indenização para a CPM, hoje, a rigor e até com a análise que o nosso departamento jurídico fez e, obviamente, vou ser bem prosaico.

É um assunto complexo, mas eu vou no meu melhor entendimento dizer que tem várias questões com relação a um eventual cancelamento desse contrato, mas eu vou dizer o que eu acho que acontece na prática para evitar o “juridiquês”.

Acho que na prática é o seguinte, se nós fôssemos interromper esse contrato hoje, presidente, o que nós teríamos que pagar de indenização para a CPM basicamente são os investimentos que eles realizaram.

Eles falam que são 15 milhões de reais. Entendo também que acho que precisaríamos pagar aqueles 74 milhões de reais de medicamentos entregues e não pagos, que com juros moratórios vão para alguma coisa perto de 90 milhões de reais.

A princípio, entendo esses os valores que seriam devidos, porque lá no contrato diz que eles eventualmente teriam que receber juros por dívidas assumidas, etc., mas veja bem, quem construiu a fábrica fomos nós.

Nós que investimos 200 milhões lá, eles investiram quinze. Então, não entendo que tenha dívidas a serem assumidas pela Furp numa eventual encampação e passa necessariamente por uma encampação que precisaria ser aprovada pela própria Assembleia.

Nós teríamos que encampar aquela fábrica, continuarmos ou não produzindo lá e obviamente assumindo os contratos que estão em vigor lá de segurança, limpeza, manutenção, etc. Mas se a gente olhar só o aspecto indenizatório, eu diria que ele está limitado aos valores que a CPM investiu lá.

E o senhor faz uma pergunta importante, que se acabarmos com a ociosidade, se isso vai tornar o preço do nosso medicamento mais competitivo. Posso afirmar que sim,

porque para o senhor ter uma ideia, em média - isso até é registrado nos nossos balanços, o nosso pessoal calcula - o preço da nossa ociosidade lá varia entre 40 a 60 milhões de reais por ano.

Nós precificamos lá quanto custa a ociosidade. Nós estamos carregando esse custo, ele tem que ser repassado de alguma forma para a Furp sobreviver. À medida que você elimina ou minimiza o custo da ociosidade, a gente consegue ter uma condição mais competitiva de preço. Perfeito? Obrigado, deputado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só uma questão. Quando o senhor fala do aditamento, mencionou que o registro do clone - são palavras do senhor - foi feito junto à Anvisa com a assinatura da Furp, é isso?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - O que eu disse é o seguinte, quando eles fizeram a preparação do registro em nome da Furp, a CPM prepara a documentação, a Furp tem que assinar esse registro. Eu não quero dizer que a Furp concordou com o clone, ela assina. Então, isso dá uma interpretação um pouco ampla.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A cláusula do contrato foi alterada? Houve aditamento?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Não foi alterada. Esse contrato não teve alteração nenhuma, nenhum aditamento. O Ricardo está lembrando bem que quando nós assinamos esse contrato não havia a modalidade clone.

Então, nesse contrato não foi feito aditamento, até porque não tinha modalidade de clone quando ele foi assinado. O clone nasceu depois.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou passar a Presidência ao Danilo Balas e vou fazer os questionamentos. Caso haja alguma intervenção, o senhor sai da Presidência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Agradecer ao Dr. Afonso pela sua presença aqui e de toda a sua equipe, a diretoria.

Tenho alguns questionamentos e se for o caso o senhor me responde aqui. O que o senhor não tiver a informação agora, posteriormente, rapidamente para que a gente possa obter. Mas agradeço sua presença, a presença de todos.

Sr. Superintendente, como é composto o orçamento da Furp? Proporcionalmente, os recursos da Furp quando vêm de contratos de fornecimento de remédios, quanto vem de dotação orçamentária da entidade e quanto vem de outras fontes, se existirem? A venda de medicamentos para os órgãos públicos têm algum tipo de subsídio?

A Furp recebe algum tipo de subsídio para suas atividades, inclusive de impostos? Comparando as receitas e as despesas da Furp, qual tem sido a evolução desse quadro nos últimos cinco anos? Há um desequilíbrio entre receita e despesa? Se há, qual seria o déficit anual e o acumulado sobre os contratos para fornecimento de remédios?

Sobre os contratos para o fornecimento de remédios, quanto em reais se refere a contratos com as prefeituras paulistas e quanto se refere a contratos com as prefeituras de outros estados? Quanto se refere a contratos com o governo do estado e contratos com outros governos estaduais e com o Ministério da Saúde?

O senhor relatou recentemente que a Furp acumulou uma dívida de 140 milhões de reais nos últimos anos. Aí vai aquela pergunta inicial: somente em 2018 foram 57 milhões de dívida. Não entendi se era dívida ou se era o acumulado de prejuízo.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Prejuízo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então esses 140 milhões e os 57 são prejuízo. A dívida acumulada são cerca de 94 milhões, é isso?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Incluindo aí a... Um pouco mais, incluindo o caso da CPM.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - No início deste ano, o senhor participou como convidado da reunião da Comissão de Saúde nesta Casa, né? Que estaria à disposição para o que fosse necessário. O senhor iniciou uma sindicância para apurar as

irregularidades lá. O senhor colocou isso agora, que abriu a sindicância. O senhor pode nos encaminhar - o senhor não disse qual foi o resultado dessa sindicância - o resultado, as atas dessa sindicância para que a gente tome conhecimento? Se puder falar alguma coisinha já para gente do que aconteceu nesse assunto também.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Posso falar sim. Bom, deputado...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vou só terminar as perguntas aqui, por gentileza. O senhor disse que a Furp tinha por obrigação comprar da CPM 200 milhões de reais por ano e compra 90 milhões. Desses 90 milhões, o estado gastaria 34 milhões para fazer a aquisição no mercado privado. Nesse diálogo que o senhor disse que teve seis reuniões já, formou uma equipe de trabalho com a Furp, por favor, encaminhe as seis atas para cá, para a gente ter a noção do trabalho que os senhores estão fazendo lá.

Mas também a pergunta é: bom, se na opinião e nas contas da Furp a Furp deveria a eles cerca de 100 milhões de reais, eles têm um valor ou já chegaram a propor aos senhores um valor para rescindir esse contrato? Porque o que parece, e aí a gente também tem que discutir aqui na CPI... A Furp foi importante no passado. Ela é importante no presente? Ela será importante no futuro? É uma coisa que a gente também vai ter que discutir aqui, qual é a função da Furp hoje, né, deputado Carlão? No que ela é boa para o estado?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - (Fala fora do microfone.)

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Exato, que ela não produz. O que pode ser feito? Qual é o caminhamento aqui? Aqui acho que ninguém pensa em fechar a Furp, não é o pensamento de ninguém, pelo que eu ouço, mas a gente tem que saber o que é a estratégia da Furp, né? Porque o senhor deve 100 milhões, tem um prejuízo de 56 por mês na compra desses medicamentos, a secretaria tem, são 90 milhões. Compra por 34, 56 por ano, né?

Cinco anos comprando remédio de fora daria será para pagar a rescisão no contrato com eles? É uma questão de verificar, de avaliar. Eu estou fazendo aqui questionamentos, mas os senhores estão tratando lá, depois informem a gente se eles também já se propuseram a fazer uma rescisão amigável desse contrato. Sabemos que é

uma PPP, a deputada Beth perguntou se teve aditivo na PPP desde lá de trás, e não houve. Para usar esse outro modelo que é o clone, não deveria ter sido feito um aditivo? Deixo a pergunta, não conheço o contrato.

Eu queria que o senhor encaminhasse para a gente aqui todos os contratos que a Furp realizou nos últimos 36 meses. Um resumo, não precisa mandar o contrato inteiro, um resumo para a gente. Olha, a Furp de Guarulhos gasta x milhões de reais com a segurança e a guarda lá. Quanto custa lá na fábrica de Américo Brasiliense? A Furp aqui, para distribuir remédio, gasta x reais em Guarulhos. Quanto é lá em Américo Brasiliense? Fazer uma comparação de todos esses contratos.

Se houver dificuldade, manda todos os contratos para cá e a gente faz aí o trabalho, a assessoria da gente faz esse trabalho, porque a gente quer fazer o comparativo de uma fábrica e de outra e ver os custos desse serviço. O senhor falou que reduziu em 15% já os custos lá, a gente tem que parabenizá-los. Se puder colocar também que contratos foram, para a gente ter essa informação da atual gestão...

A Secretaria é que faz os pedidos aos senhores, né, do que é preciso, e os senhores é que repassam à CPM esse pedido? Ela é feita como, essa programação? É mensal, trimestral, semestral, anual? Com que antecedência? O senhor saberia dizer se os remédios que a Furp produz com custo mais barato do que o mercado privado... Se a Secretaria compra isso do mercado, por que não compra da Furp e compra do mercado privado?

Porque há uma discussão, e é isso que a gente quer averiguar, porque falar é uma coisa, comprovar é outra, não? Olha, a Secretaria de Saúde compra remédio mais caro no mercado privado do que aquele que poderia ser produzido em maior quantidade pela Furp a um custo menor. É uma dúvida que fica que a gente tem que esclarecer aqui, né? Se isso acontece, uai, dá mais ordem de serviço para a Furp, ela fabrica mais, dilui o custo fixo, diminui... Então é uma dúvida que fica. Se o senhor não souber responder, essa pergunta será feita ao secretário quando da vinda dele aqui.

O senhor falou de impostos na sua apresentação aqui, que foi global. Os impostos... Os remédios produzidos pela Furp e adquiridos pela Furp da CPM... A CPM fornece à Furp - se eu estou entendendo bem -, a Furp daí repassa tudo isso para a Secretaria de Saúde do Estado. O que a Furp tem, fora as isenções que possa ter, de impostos que o mercado privado não tem?

E os remédios importados... Aí é uma coisa que até é uma dúvida que a gente tem. Não só o princípio ativo, as drogas que os senhores importam, mas talvez remédios

também, já que o senhor foi buscar todas essas informações e trazer para a gente esse aprendizado, o que é a diferença de imposto lá da importação e daquilo que se produz aqui? Para a gente entender, porque acho que o interesse nosso é dar condição de igualdade para todos e tentar até prestigiar o mercado interno. Se eu souber responder, eu sei que não tem essa pergunta a ver com a Furp, mas, de repente, pelo seu conhecimento, o senhor possa nos informar.

Queria que o senhor encaminhasse aqui um breve currículo de todos os integrantes da Furp, da diretoria atual, do senhor, dos senhores diretores, do órgão executivo, do conselho deliberativo, dos titulares e dos suplentes. Uma distinção desses 800 e poucos funcionários que o senhor diz ter, só menos de 15 são cargos em comissão, é isso?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - E colaboradores, 1%, 15 colaboradores.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Contando com Vossa Senhoria, com todos?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Comigo e com o corpo diretivo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quantos funcionários desses 800 e poucos trabalham diretamente lá no chão da fábrica, na planta, desde o recebimento do material até a produção, entregar as caixas prontas, e tal, e quantos ficam na administração propriamente dita?

O senhor disse que uma iniciativa importante buscou representantes comerciais em dois estados, fazendo um teste para ampliar para os outros. Como funciona isso aqui no estado de São Paulo? Os senhores têm representantes? É a própria fábrica que procura fazer essa venda para o mercado?

A gente faz várias perguntas aqui para ter um conhecimento geral de como faz, de como funciona lá a fábrica, não é? Tem mais umas duas aqui, deixa eu ver, nobre deputado.

Eu terminei. A senhora quer usar um minutinho do meu tempo, se é que eu ainda tenho, nobre deputado. Não sei se eu tenho tempo ainda, o presidente é que sabe.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Aproveitando, já que ele fez tantas, em cima do que o senhor falou, porque eu fiquei, assim, um pouco indignada com essa questão do prejuízo que ela teve. O senhor tem condição de nos informar quais órgãos do Governo do Estado de São Paulo aprovaram a licitação, quem eram os agentes públicos na Comissão de Administração... (Fala fora do microfone.)

PPP, na Presidência... (Fala fora do microfone.), na Secretaria de Saúde na época que foram feitos esses contratos, e por que até hoje, também, eles não foram revistos.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Eu mando para a senhora, está bom?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Se o senhor puder me responder, aquilo que puder. Aquilo que não puder a gente pede, com brevidade, para o senhor encaminhar para cá, para que todos os deputados tenham conhecimento e uma visão global. Fora aquilo que o senhor já explanou aqui, que a gente agradece.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Vou tentar.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, presidente, só para tentar uma contribuição. Acho que, como foi uma pergunta global do funcionamento da Furp, acho que o superintendente poderia fazer... é... Não especificamente, senão não vamos conseguir acompanhar o raciocínio disso, mas no global, que é que... o negócio Furp, o que é o negócio Furp? Alguma coisa, acho que é nesse sentido que o deputado Edmir está perguntando.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Bom, a Furp, como os senhores sabem, é uma fundação muito importante para o estado de São Paulo e o objetivo dela é proporcionar medicamento para a população de baixa renda.

Nós somos um componente importante no “Dose Certa”, nós produzimos 50% dos medicamentos que estão na cesta do “Dose Certa”. São 61 medicamentos no “Dose Certa”, nós produzimos 30 desses 61. (Vozes fora do microfone.)

Interesse público. Exatamente.

Quero lembrar, também, que a Furp, de acordo que a lei que ela criou, estabelece que ela não tem fins lucrativos, já que ela tem que vender o equipamento... o equipamento não, desculpem, o produto que ela fabrica a preço de custo. Então, quem vende a preço de custo, jamais terá lucro.

É desejável, também, que não se tenha um déficit tão grande, não é? O ideal é trabalhar no “breakeven”. Claro, não é? A Furp também tem trabalhado no sentido de buscar novos horizontes, vendendo para outras entidades da federação, outros municípios, outros estados. E um grande demandante nosso pode ser, se bem trabalhado, o próprio Ministério da Saúde que, cada vez mais, centraliza a compra de medicamentos.

Às vezes, de um lado, o Ministério centraliza a compra de medicamento. O medicamento sobe. Às vezes, por outro lado, a própria Secretaria dilui para os municípios comprarem diretamente e passa o recurso respectivo para que essas compras sejam feitas.

Então, isso acaba diluindo a nossa capacidade de buscar pessoas para vender, não é? Você tem que procurar mais gente para vender a mesma quantidade. Antes, quando a coisa estava mais concentrada, era mais fácil você vender para o Ministério. Quando eles abriram isso, obviamente isso dificulta a nossa vida, porque temos que bater em mais portas, com mais concorrentes participando. Então, é por isso essa questão do representante comercial.

E, já respondendo uma das suas perguntas, nós não colocaremos, a princípio, representantes comerciais na cidade de São Paulo, porque é uma cidade que nós temos capacidade de atender. Nós podemos fazer por aqui. No estado de São Paulo. Nós podemos atender o estado de São Paulo pela própria Furp em Guarulhos, não é?

Mas os demais estados da federação, a ideia é, realmente, expandir, se bem sucedida aqui essa experiência que estamos fazendo e eu tenho certeza de que será, nós vamos expandir isso para outras áreas.

Temos lá uma ociosidade que nos preocupa muito. E essa ociosidade aconteceu por conta de que os nossos medicamentos ficaram defasados ao longo do tempo e não houve novos investimentos para descobrirmos e colocarmos no ar novas drogas, mais modernas.

Além disso, nosso parque ficou bastante atrasado, vis-à-vis, ao restante da indústria. Então, nós temos alguns desafios grandes lá, que é a gente, primeiro, vender, vender, vender, vender. Esse é o primeiro desafio. Número um. Eu, pessoalmente, estou envolvido com isso. Faço questão de eu, junto com a área comercial, desenvolver essa área de vendas. Acho que o superintendente pode ter um papel fundamental ao aproximar as lideranças do governo, dos estados, dos municípios. Acho que podemos ajudar com isso.

E, à medida que nossos equipamentos estiverem, realmente, demandados, a gente partir para outros investimentos em mais equipamentos e, aí sim, equipamentos de ponta. Acredito muito, também, nas parcerias que vamos estabelecer com o setor privado. Aqueles sete laboratórios que nós conversamos. Se um ou dois daqueles derem certo, eu já fico feliz.

Então, o desafio da Furp, hoje, é esse. A gente colocar a Furp onde ela merece estar, ou seja, na vanguarda. Vendendo, atendendo à população de baixa renda e produzindo mais. Obrigado, senhores.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só para informar ao presidente. Mais uma vez quero... gostei muito aí, tive uma aula da Furp, então gostaria só de falar que eu estou fazendo um requerimento, que eu vou convocar todos os acionistas da CPM e da EMS, porque são sócios da Furp.

Então, eu vou fazer o requerimento, vai chegar a suas mãos, convocando todos os acionistas dessas duas empresas das quais fazem parte, são sócios também da Furp. Tá? Só para lhe informar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, Excelência. Bem colocado.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Na verdade, só uma pequena correção, eles não são sócios da Furp, eles são concessionários, não é?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É, são concessionários, mas tem uma parte jurídica, eu andei levantando aí.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Perfeito. Perfeito.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Mas vamos chamar todos eles para dar explicações, porque eles fazem parte da Furp também.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Fazem, eles operam a fábrica... (Falas sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Muito obrigado.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Uma última pergunta. Depois o senhor encaminha tudo aquilo que eu falei. Eu também posso encaminhar as perguntas por escrito. O senhor conseguiu anotar? E a última, até para a gente entender, já lhe agradecendo, como é composto o valor dos remédios que a Furp produz para vender para o governo. Qual é a metodologia de composição de preço?

Tem o preço de mercado, o senhor explicou aqui, tem desconto. Como é que a Furp quantifica esse valor dela. Qual é a composição? Como é que ela faz?

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - É mais ou menos assim...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Monta o custo disso para vender.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Mais ou menos assim, nós pegamos... Respondendo, assim, de maneira bem objetiva, nós pegamos, basicamente, a mão de obra, o custo do maquinário... Vou pegar a minha colinha aqui.

Então, mão de obra; material de embalagem; o IFA, que é o produto, o princípio ativo; e outros insumos. Felizmente nós não temos imposto, não é? Então... a carga tributária aqui... a não ser a da própria mão de obra lá, que nós pagamos o fundo de garantia, aquelas coisas todas. Então, basicamente é isso, tá?

Esses são os componentes: mão de obra, material, embalagem, o produto ativo, outros insumos e o custo do maquinário lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Quero agradecer muito à presença do senhor, toda a sua diretoria, acho que foi muito válida a sua presença aqui.

Agradecemos, pedimos que o senhor encaminhe aquilo que foi solicitado aqui em um breve tempo para que os deputados possam verificar, se debruçar e terminar com um trabalho que seja importante para o estado de São Paulo.

O SR. AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS - Presidente, eu que agradeço ao senhor, aos deputados. Eu falei para o presidente que nós temos atendido os ofícios dos senhores estritamente dentro do primeiro tempo, ou seja, dentro dos primeiros quinze dias. Eu não estou deixando o pessoal nem virar os próximos quinze que são permitidos pelos ofícios. Nós estamos mandando em quinze dias. Nós temos uma equipe lá para atender aos senhores e estamos à disposição.

Queremos, por favor, e isso é da praxe da Casa, transparência, e tudo aquilo em que pudermos ajudar nos trabalhos desta Casa, nós não mediremos esforços, ok?

Obrigado. Obrigado pela educação de vocês, por como eu fui recebido. Muito obrigado, viu?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado. Quero dar conhecimento aos senhores que, conforme planejamento da agenda da CPI para o mês de junho, dia 18 de junho, terça-feira, 11 horas, a oitiva do senhor Flavio Francisco Vormittag, ex-superintendente da Furp no período entre 2012 e 2015. Já confirmou a sua presença.

Dia 25 de junho, terça-feira, 11 horas, a oitiva do Sr. William Mendes Januário, autor da representação ao Ministério Público sobre os contratos da PPP em Américo Brasiliense. (Falas fora do microfone.)

Os senhores concordam, todos os senhores? Não, se os senhores concordam. Tinha um plano de trabalho que foi aprovado aqui, mas se todos concordam a gente procura fazer a inversão então.

Dia 26 está programada a oitiva do Sr. Ricardo Luiz Mahfuz, engenheiro, gerente responsável pela obra lá da construção de Américo Brasiliense, às 11 da manhã. Às 15 horas, a reunião dos membros da CPI com o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Roque Citadini, dia 26 de junho, às 3 da tarde, lá na sede do Tribunal de Contas do Estado.

Em uma data a ser definida, a oitiva do Sr. Durval de Moraes Junior, ex-superintendente da Furp, no período de junho de 2015 a janeiro de 2019, que se faz presente aqui, acompanhando a CPI.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos os senhores e senhoras, inclusive da procuradoria da Casa, que se faz presente em todas as reuniões, damos por encerrada a presente sessão.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *